



Simulado Especial

CGE SP

Auditor Estadual De Controle
Especialidade Auditoria
Pós-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **CGE-SP**, cargo de **Auditor Estadual de Controle - Auditoria**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/PYpwjNvdNH3urqpL8>

01 - ABCDE	21 - ABCDE	41 - ABCDE	61 - ABCDE	81 - ABCDE	101 - ABCDE
02 - ABCDE	22 - ABCDE	42 - ABCDE	62 - ABCDE	82 - ABCDE	102 - ABCDE
03 - ABCDE	23 - ABCDE	43 - ABCDE	63 - ABCDE	83 - ABCDE	103 - ABCDE
04 - ABCDE	24 - ABCDE	44 - ABCDE	64 - ABCDE	84 - ABCDE	104 - ABCDE
05 - ABCDE	25 - ABCDE	45 - ABCDE	65 - ABCDE	85 - ABCDE	105 - ABCDE
06 - ABCDE	26 - ABCDE	46 - ABCDE	66 - ABCDE	86 - ABCDE	106 - ABCDE
07 - ABCDE	27 - ABCDE	47 - ABCDE	67 - ABCDE	87 - ABCDE	107 - ABCDE
08 - ABCDE	28 - ABCDE	48 - ABCDE	68 - ABCDE	88 - ABCDE	108 - ABCDE
09 - ABCDE	29 - ABCDE	49 - ABCDE	69 - ABCDE	89 - ABCDE	109 - ABCDE
10 - ABCDE	30 - ABCDE	50 - ABCDE	70 - ABCDE	90 - ABCDE	110 - ABCDE
11 - ABCDE	31 - ABCDE	51 - ABCDE	71 - ABCDE	91 - ABCDE	111 - ABCDE
12 - ABCDE	32 - ABCDE	52 - ABCDE	72 - ABCDE	92 - ABCDE	112 - ABCDE
13 - ABCDE	33 - ABCDE	53 - ABCDE	73 - ABCDE	93 - ABCDE	113 - ABCDE
14 - ABCDE	34 - ABCDE	54 - ABCDE	74 - ABCDE	94 - ABCDE	114 - ABCDE
15 - ABCDE	35 - ABCDE	55 - ABCDE	75 - ABCDE	95 - ABCDE	115 - ABCDE
16 - ABCDE	36 - ABCDE	56 - ABCDE	76 - ABCDE	96 - ABCDE	116 - ABCDE
17 - ABCDE	37 - ABCDE	57 - ABCDE	77 - ABCDE	97 - ABCDE	117 - ABCDE
18 - ABCDE	38 - ABCDE	58 - ABCDE	78 - ABCDE	98 - ABCDE	118 - ABCDE
19 - ABCDE	39 - ABCDE	59 - ABCDE	79 - ABCDE	99 - ABCDE	119 - ABCDE
20 - ABCDE	40 - ABCDE	60 - ABCDE	80 - ABCDE	100 - ABCDE	120 - ABCDE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/hvtH>

MÓDULO I**LÍNGUA PORTUGUESA***Adriana Figueiredo***TEXTO**

O historiador, como qualquer cientista, trabalha com evidências e suposições. Não pode romper o ténue equilíbrio entre esses dois elementos. Se não se arrisca a lançar hipóteses a partir de suposições, corre o risco de repetir o já conhecido, reafirmar o óbvio, transformar a aventura humana numa narrativa sistemática e organizada como cadeias de elementos químicos ou rígidas fórmulas matemáticas. Se, por outro lado, abandona as evidências e se permite “delirar” à vontade, pode criar uma interessante obra de ficção desvinculada do conhecimento acumulado por gerações, comprometida apenas com a imaginação criadora do autor.

(PINSKY, Jaime. *As primeiras civilizações*. 25. ed. São Paulo: Contexto, 2023, p. 24-25.)

1. Segundo as informações presentes no texto, é correto afirmar que:

- a) o trabalho do historiador exige distanciamento absoluto da imaginação, sob pena de que suas conclusões se tornem inverificáveis e aproximem-se do campo da ficção.
- b) assim como o cientista, o historiador deve rejeitar tanto a repetição do óbvio quanto a especulação imaginativa, mantendo-se rigidamente preso às evidências documentais.
- c) a tarefa do historiador consiste em equilibrar o rigor das provas e a ousadia das hipóteses, evitando tanto a estagnação do conhecimento quanto o devaneio criativo desprovido de base empírica.
- d) o texto defende que o historiador, diferentemente do cientista, deve abrir mão das evidências para compreender a aventura humana como narrativa poética e subjetiva.
- e) o autor propõe que o historiador trate os fatos humanos com o mesmo método das ciências

exatas, assegurando assim a objetividade e a neutralidade de sua narrativa.

2. Podemos inferir algumas informações de outras que são dadas no texto.

Assinale a única inferência a seguir que se mostra inadequada.

- a) O texto pressupõe que o historiador, mesmo quando formula hipóteses, deve sustentá-las em dados concretos, e não em meras fantasias.
- b) É possível concluir que o autor valoriza o uso da imaginação no trabalho histórico, desde que ela esteja subordinada à análise das evidências.
- c) Infere-se que a história, embora não seja uma ciência exata, deve buscar algum grau de método e de rigor em suas investigações.
- d) O texto permite entender que, ao contrário das ciências exatas, a história admite um espaço legítimo para a criatividade e para a formulação de hipóteses.
- e) Pode-se inferir que o texto defende uma oposição radical entre imaginação e conhecimento, tornando impossível a convivência entre ambos no ofício do historiador.

3. Considerando os aspectos semânticos e estruturais do texto, assinale a opção que apresenta uma análise adequada quanto à tipologia textual.
- a) Trata-se de um texto narrativo, pois relata as possíveis atitudes do historiador diante de seu objeto, descrevendo ações sucessivas e resultados concretos.
- b) O texto é essencialmente descritivo, pois detalha com minúcia as características do trabalho do historiador, sem manifestar opinião ou juízo de valor.
- c) O texto apresenta predominância expositiva, uma vez que se limita a apresentar informações sobre a metodologia do historiador, sem procurar convencer o leitor.
- d) Predomina a tipologia argumentativa, pois o autor defende uma tese, valendo-se de raciocínios e exemplos comparativos para sustentar seu ponto de vista.
- e) O texto combina narração e injunção, pois apresenta uma sequência de ações e instrui o historiador sobre o modo correto de proceder em suas pesquisas.
4. Com base na leitura do texto, indique a afirmativa correta sobre sua significação ou estruturação.
- a) No terceiro período, é facultativo o emprego da vírgula após “*suposições*”.
- b) As duas ocorrências da palavra “*como*” têm valor de modo.
- c) A palavra “*comprometida*” se refere ao substantivo “*ficção*”.
- d) Todas as formas verbais do texto referem-se a “*cientista*”.
- e) É obrigatória a próclise do pronome “*se*” com as formas verbais “*arrisca*” e “*permite*”.
5. Em todas as frases a seguir houve a eliminação do QUE e a substituição do verbo por um substantivo correlato.
- Assinale a afirmativa em que isso foi elaborado de forma adequada.
- a) O cientista, que descobriu a cura, recebeu o prêmio. / o criador da cura.
- b) A empresa, que produziu os relatórios, foi auditada. / a autora dos relatórios.
- c) A aluna, que estudou o tema, apresentou bons resultados. / a leitora do tema.
- d) O país, que cresceu economicamente, reduziu o desemprego. / o crescimento econômico.
- e) O médico, que operou o paciente, relatou o caso. / o operador do paciente.
6. Assinale a opção em que a relação lógica entre os segmentos da frase se encontra corretamente indicada.
- a) Sob o impacto do declínio da economia chinesa, / os países emergentes enfrentam baixas taxas de crescimento – relação de causa.
- b) Abra um buraco no local em que o tesouro está enterrado, / a não ser que você só esteja precisando de exercício – relação de finalidade.
- c) Os bichos são mais inteligentes / do que se pensa. – relação de proporção.
- d) Há flores em todas as estações, / assim como desatinos em todas as idades. – relação de modo.
- e) A fé remove montanhas, / mas os ecologistas são contra. – relação de conformidade.

7. Assinale a frase em que está presente a construção da voz passiva com o pronome SE.

- a) A infância perdida não **se** encontra mais.
- b) Os que desperdiçam seu tempo são os primeiros a **se** queixar de sua duração.
- c) Sempre teremos tempo bastante **se** fizermos dele uso com sabedoria.
- d) Não vou virar abóbora, **se** tiver um filho agora.
- e) É frustrante quando **se** precisa de ajuda de outrem.

8. Assinale a opção que indica a frase em que o emprego do acento grave indicativo de crase está correto.

- a) É sempre mais fácil comprar à prazo.
- b) Na formatura, mandaram-se convites às nossas antigas professoras.
- c) Queremos ver à cena de perto.
- d) Disseram palavrões à torto e a direito.
- e) As pessoas esquecem à passagem de seus ancestrais.

9. Num ato de comunicação, o conhecimento do referente é indispensável à perfeita compreensão do texto.

Assinale a opção em que o referente é identificado como referente extratextual conhecido.

- a) À noite, Sílvia recebeu a carta de seu avô.
- b) João leu a biografia de Pedro Américo.
- c) A protagonista morreu e isso foi o mais devastador.
- d) Soubemos que a seleção brasileira está bem colocada na Copa do Mundo.
- e) Ao final da história horror, os leitores ficam surpresos: o assassino é o filho do herói.

10. Um assaltante disse ao juiz: “*Senhor Juiz, minha família está passando fome, daí eu ter assaltado os bancos*”.

O argumento do assaltante mostra o seguinte problema estrutural:

- a) a premissa não é verdadeira;
- b) a premissa não é suficiente para a conclusão;
- c) a conclusão não é decorrência lógica da premissa;
- d) a conclusão não mostra relação lógica com a premissa;
- e) a estrutura tem validade, mas não tem verdade.

11. Todas as frases a seguir mostram uma locução sublinhada.

A frase em que a substituição deste termo sublinhado por um advérbio é feita de forma adequada, é:

- a) Sempre realizo as tarefas com toda a atenção / atenciosamente.
- b) A humildade é uma coisa boa, desde que praticada com moderação / modestamente.
- c) Mesmo sem estudo realizou a prova com sucesso / Intuitivamente.
- d) Sempre tenha em mente que existir já é divertido / conscientemente.
- e) O que com frequência nos impede de entregarmos a um único é termos vários / ininterruptamente.

12. “Hoje, as conversas se tornaram rápidas e fragmentadas: mensagens curtas, enviadas entre compromissos que parecem nunca acabar. E, com rotinas cada vez mais aceleradas, a profundidade do diálogo também se perdeu.”.

O comentário abaixo que se opõe ao significado ou à estruturação original desse segmento do texto 1 é:

- a) a expressão “*mensagens curtas*” reforça a ideia de comunicação apressada e superficial;
- b) a repetição da ideia de velocidade se manifesta em “*rápidas*”, “*fragmentadas*” e “*aceleradas*”;
- c) o advérbio “*também*” sugere que a perda da profundidade é um acréscimo ao conjunto de mudanças citadas;
- d) a oração “*com rotinas cada vez mais aceleradas*” indica a causa da perda da profundidade no diálogo;
- e) as “*mensagens curtas*” representam uma forma mais intensa e profunda de comunicação entre as pessoas.

LÍNGUA INGLESA

Adolfo Sá

Harnessing artificial intelligence will help the world to tackle the climate crisis, but governments must step in to regulate the technology, the UN’s climate chief has said.

AI is being used to make energy systems more efficient, and to develop tools to reduce carbon from industrial processes. The UN is also using AI as an aid to climate diplomacy.

But concerns over the vast and increasing energy requirements of large datacentres must prompt governments to act, said Simon Stiell, executive secretary of the UN framework convention on climate change.

“AI is not a ready-made solution, and it carries risks. But it can also be a gamechanger. So we now need to blunt its dangerous edges, sharpen its catalytic ones, and put it astutely to work,” he said. “If you run a major AI platform, power it with renewables, and innovate to drive energy efficiency.”

He added: “Done properly, AI releases human capacity, not replaces it. Most important is its power to drive real-world outcomes: managing microgrids, mapping climate risk, guiding resilient planning.”

Stiell gave an upbeat assessment of the state of global climate action, saying the world was “aligning with the Paris agreement”, with renewable energy booming, and governments set to produce fresh commitments on cutting carbon.

Speaking on Monday on the sidelines of the UN general assembly in New York, where world leaders have gathered amid stark geopolitical tensions, conflict and economic strains, he made a robust defence of climate diplomacy, in the face of outright hostility from Donald Trump’s White House.

“If we look past the noise, the facts show a world aligning with the Paris agreement,” he said. “Investment in renewables has increased tenfold in 10 years. The clean energy transition is booming across almost all major economies, and hit \$2tn last year alone.”

China has led the global clean energy boom, but others – including the EU, India, African nations and Latin America – are also seeing widespread uptake of clean options. Investment has hit obstacles in the US, where Trump has ordered the dismantling of federal efforts to tackle the climate crisis, but many state governments and companies are continuing with their commitments.

Companies are seeing economic opportunities in the shift to a low-carbon world, but more finance is still needed. According to research published on Monday by the Industrial Transition Accelerator, of more than 700 low-carbon industrial installations in planning and development around the world, only 15 a year were gaining the finance necessary to go into full production. This represented a \$1.6tn (£1.2tn) opportunity for investors, the group said.

Citing the research, Stiell said: “We’re not waiting for miracles. The economics are on our side. Over 90% of new renewables cost less than the cheapest new fossil option. The technologies and solutions already exist.”

<https://www.theguardian.com/technology/2025/sep/22/ai-carries-risks-but-will-help-tackle-global-heating-says-uns-climate-chief>

13. According to the text, what is Simon Stiell's main position regarding AI and climate change?

- a) AI should be completely avoided due to its energy consumption.
- b) AI is a perfect solution that requires no government intervention.
- c) AI has potential but needs regulation and proper implementation.
- d) AI should only be used by renewable energy companies.
- e) AI is too risky to be used for climate-related purposes.

14. The phrase "blunt its dangerous edges, sharpen its catalytic ones" means that we should:

- a) completely eliminate AI technology.
- b) reduce AI's harmful aspects and enhance its beneficial ones.
- c) use AI only for military purposes.
- d) invest more money in AI development.
- e) replace human workers with AI systems.

15. The text suggests that AI can help with climate change by:

- a) replacing all human workers in energy sectors.
- ~~b) reducing international climate diplomacy.~~
- c) eliminating the need for renewable energy.
- d) increasing carbon emissions from industry.
- e) overseeing microgrids and charting climate risks.

16. The text indicates that concerns about AI are primarily related to:

- a) its inability to solve climate problems.
- b) the vast energy requirements of datacentres.
- c) its high cost of implementation.
- d) the lack of government support.
- e) its incompatibility with renewable energy.

Gabarito: B

Comentário:

- **a) INCORRETA** - O texto mostra que AI pode ajudar, não que é incapaz.
- **b) CORRETA** - O texto menciona "concerns over the vast and increasing energy requirements of large datacentres".
- **c) INCORRETA** - Custo não é mencionado como preocupação principal.
- **d) INCORRETA** - O texto pede mais regulamentação governamental, não menciona falta de suporte.
- **e) INCORRETA** - AI é apresentada como compatível quando alimentada por renováveis.

17. In the sentence "*Harnessing artificial intelligence will help the world to tackle the climate crisis*", the words **HARNESSING** and **TACKLE** could be replaced, without changing its meaning, by:

- a) *Rejecting and ignoring.*
- b) *Exploiting and confronting.*
- c) *Avoiding and escaping.*
- d) *Hindering and postponing.*
- e) *Wasting and neglecting.*

18. In the sentence "*Done properly, AI releases human capacity, not replaces it.*", the expression **DONE PROPERLY** expresses:

- a) A condition, similar to "if it is done properly".
- b) A purpose, similar to "in order to be done properly".
- c) A contrast, similar to "although it is done properly".
- d) A consequence, similar to "so that it is done properly".
- e) A time reference, similar to "when it is done properly".

19. In the sentence *"Most important is its power to drive real-world outcomes: managing microgrids, mapping climate risk, guiding resilient planning."*, the pronoun **ITS** refers to:

- a) *climate risk*
- b) *resilient planning*
- c) *artificial intelligence*
- d) *human capacity*
- e) *the Paris agreement*

20. Considering the sentence *"Stiell gave an upbeat assessment of the state of global climate action"*, it is possible to state that Stiell's assessment was:

- a) *Extremely negative and pessimistic.*
- b) *Neutral, with no clear position.*
- c) *Cautious and doubtful.*
- d) *Positive and optimistic.*
- e) *Indifferent and careless.*

FUNDAMENTOS DE AUDITORIA GOVERNAMENTAL

Guilherme Sant'Anna

21. De acordo com a CE 1989, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado, das entidades da administração direta e indireta e das fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas, será exercida:

- a) pela Assembleia Legislativa, mediante controle interno, e pelo sistema de controle externo de cada Poder.
- b) pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

c) pela Assembleia Legislativa, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

d) pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, mediante controle externo, e pelas Controladorias Gerais de cada Poder.

e) pela Assembleia Legislativa, mediante controle externo, e pelas Controladorias Gerais de cada Poder.

22. Considerando o disposto na CE 1989, assinale qual das alternativas a seguir **NÃO** se enquadra como finalidade do sistema de controle interno:

- a) avaliar a execução das metas previstas no plano plurianual, nas diretrizes orçamentárias e no orçamento anual
- b) comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração estadual, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado
- c) exercer o controle sobre o deferimento de vantagens e a forma de calcular qualquer parcela integrante do subsídio, vencimento ou salário de seus membros ou servidores
- d) exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Estado
- e) apoiar o controle externo, no exercício de sua missão institucional

23. Entende-se por Auditoria Interna Governamental a atividade independente e objetiva de avaliação e de _____, estruturada para aprimorar as operações dos órgãos e das entidades da Administração Pública estadual, auxiliando-os na consecução de seus objetivos, a partir da aplicação de uma abordagem _____ e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de _____, controle e governança

Marque a alternativa que preenche corretamente as lacunas.

- a) apuração – sistemática – gerenciamento de riscos
- b) consultoria – sistemática – auditoria baseada em riscos
- c) consultoria – documentada – gerenciamento de riscos
- d) consultoria – sistemática – gerenciamento de riscos
- e) apuração – documentada – auditoria baseada em riscos

24. Nos termos da LC 1.419/24, compõem o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo:

- a) a Controladoria Geral do Estado, como órgão central, e as Ouvidorias dos órgãos e entidades da Administração Pública, como unidades setoriais.
- b) a Auditoria Geral do Estado, como órgão central, e as Ouvidorias dos órgãos e entidades da Administração Pública, como unidades setoriais.
- c) a Auditoria Geral do Estado, como órgão central, e as auditorias internas da Administração Pública direta, como unidades setoriais.
- d) a Controladoria Geral do Estado, como órgão central, e as auditorias internas da Administração Pública direta, como unidades setoriais.
- e) a Controladoria Geral do Estado, como órgão central, e as auditorias internas da Administração Pública indireta, como unidades setoriais.

25. Constituem atribuições da Controladoria Geral do Estado coordenar e responder pela orientação técnica dos seguintes sistemas do Poder Executivo, EXCETO:

- a) Sistema de Controle Interno;
- b) Sistema de Defesa do Patrimônio Público;
- c) Sistema de Corregedoria;
- d) Sistema de Integridade;
- e) Sistema de Transparência.

26. Nos termos do Decreto 69.183/24, é competência da Auditoria Geral do Estado:

- a) incentivar e promover a disseminação de formas e ferramentas de participação do usuário na Administração Pública.
- b) verificar a regularidade dos procedimentos disciplinares em curso ou já julgados por órgãos e entidades do Poder Executivo estadual.
- c) apoiar os órgãos e entidades nas áreas de promoção da transparência, governo aberto, integridade pública, conduta ética e gestão de riscos.
- d) fomentar a gestão de riscos e a implementação dos controles internos administrativos no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta do Estado.
- e) elaborar plano anual de auditoria interna, indicando os serviços de auditoria ou consultoria a serem realizados, de acordo com os critérios de planejamento e priorização estabelecidos.

27. Avalie os itens a seguir:

- I. A primeira linha de defesa é responsável por identificar, avaliar, controlar e mitigar os riscos, guiando o desenvolvimento e a implementação de políticas e procedimentos internos destinados a garantir que as atividades sejam realizadas de acordo com as metas e objetivos da organização.
- II. As instâncias da terceira linha de defesa objetivam assegurar que as atividades realizadas pela primeira linha sejam desenvolvidas e executadas de forma apropriada.
- III. A terceira linha de defesa é representada pela atividade de auditoria interna governamental, que presta serviços de avaliação e de consultoria com base nos pressupostos de autonomia técnica e de objetividade.

Estão corretos os itens:

- a) I, apenas
- b) II, apenas
- c) I e II
- d) II e III
- e) I e III.

28. O planejamento da auditoria deve considerar as seguintes atividades, entre outras, que devem ser devidamente documentadas, EXCETO:

- a) designação do auditor responsável pela coordenação dos trabalhos.
- b) definição do objetivo e do escopo do trabalho, considerando os principais riscos existentes e a adequação e suficiência dos mecanismos de controle estabelecidos.
- c) documentação em papéis de trabalho das análises realizadas e das evidências produzidas ou coletadas.
- d) análise preliminar do objeto da auditoria.
- e) elaboração do programa de trabalho.

29. Processo que envolve um conjunto de regras, procedimentos, diretrizes, protocolos, rotinas de sistemas informatizados, conferências e trâmites de documentos e informações, entre outros, operacionalizados de forma integrada pela alta administração, pelos gestores e pelo corpo de servidores e empregados dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, destinados a enfrentar os riscos e fornecer segurança razoável de que, na consecução da missão da entidade, os objetivos gerais serão alcançados.

O trecho acima refere-se ao conceito de:

- a) controles internos da gestão.
- b) gerenciamento de riscos.
- c) governança.
- d) serviços de avaliação.
- e) accountability.

30. Durante a execução dos trabalhos de auditoria interna, foram aplicados procedimentos para verificar a suficiência, a exatidão e a validade dos dados obtidos.

No caso em tela, pode-se dizer que foi/foram aplicado(s):

- a) procedimentos analíticos substantivos.
- b) procedimentos substantivos.
- c) testes de detalhes.
- d) vouching.
- e) rastreamento.

31. Constitui documento utilizado pela UAIG, para solicitar à Unidade Auditada, a apresentação de documentos, de informações e de esclarecimentos, podendo ser emitido antes, durante e depois do desenvolvimento dos trabalhos de campo.

O texto acima refere-se a(o)(s):

- a) Nota de Auditoria (NA).
- b) Solicitação de Auditoria (SA).
- c) Reunião de abertura.
- d) Documento de apresentação da equipe, dos objetivos e do escopo.
- e) Documento de formalização dos trabalhos e apresentação das diretrizes.

32. Durante os trabalhos de campo, o auditor interno governamental obteve, de uma fonte interna da unidade auditada, diversos registros que continham informação comprobatória de contrato celebrado com um determinado fornecedor, tais como notas fiscais, notas de empenho, notas de serviço e termos do contrato.

No caso em tela, pode-se dizer que a evidência de auditoria coletada se classifica como:

- a) física.
- b) testemunhal.
- c) analítica.
- d) documental.
- e) corroborativa.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

33. As normas constitucionais podem ser classificadas, quanto a sua aplicabilidade, como normas constitucionais de eficácia plena, eficácia contida e eficácia limitada. Sobre a norma de eficácia contida, é correto defini-la como:

- a) Norma que depende de regulamentação infraconstitucional para produzir efeitos, não sendo autoaplicável.
- b) Norma que não possui eficácia plena e imediata, necessitando de complementação legislativa para sua aplicação.
- c) Norma que possui aplicabilidade imediata e direta, mas que pode ter sua eficácia restringida por uma lei infraconstitucional.
- d) Norma que produz efeitos de forma imediata, integral e incondicionada, não podendo ser limitada por legislação infraconstitucional.
- e) Norma que possui aplicabilidade mediata, ou seja, seus efeitos dependem de um processo legislativo posterior para serem concretizados.

34. O estado do Rio Grande do Sul emendou a sua Constituição, para vedar o transporte e o depósito ou qualquer outra forma de disposição de resíduos que tenham sua origem na utilização de energia nuclear e de resíduos tóxicos ou radioativos, quando provenientes de outros estados ou países. A respeito do assunto, aponte a alternativa correta, segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal.

- a) A emenda é constitucional, uma vez que cabe aos estados privativamente legislar sobre meio ambiente.
- b) A emenda é constitucional, porque a competência para legislar sobre meio ambiente é concorrente, de forma que sobre o tema, a União apenas fixa as normas gerais e os estados legislam sobre as normas específicas.
- c) A emenda é inconstitucional, porque feriu a competência dos municípios para legislar sobre assunto de interesse local.
- d) A emenda é inconstitucional, porque compete privativamente à União legislar sobre contratos, indústria e comércio.
- e) É inconstitucional norma estadual que dispõe sobre a implantação de instalações industriais destinadas à produção de energia nuclear no âmbito espacial do território estadual.

35. O Supremo Tribunal Federal, ao julgar o **Tema 698 da repercussão geral**, firmou tese segundo a qual o Poder Judiciário **pode** impor ao Poder Público a implementação de políticas públicas, desde que observados determinados limites, notadamente quando a omissão estatal viola direitos fundamentais. Considerando essa orientação, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) A atuação judicial é vedada, pois a definição e a execução de políticas públicas são de competência exclusiva do Poder Executivo, em respeito ao princípio da separação dos Poderes.
- b) O Judiciário pode impor ao Estado a adoção de medidas administrativas ou orçamentárias quando houver omissão que comprometa direitos fundamentais, desde que a decisão não esgote a liberdade de conformação do administrador nem imponha escolhas técnicas específicas.
- c) A intervenção judicial somente é admissível se houver prévia edição de lei autorizando expressamente a atuação do magistrado na execução da política pública.
- d) O STF entende que a determinação judicial para cumprimento de políticas públicas só é legítima quando houver previsão de dotação orçamentária específica aprovada em lei.
- e) A intervenção judicial é automática em qualquer hipótese de inércia administrativa, dispensando demonstração de violação a direitos fundamentais.

36. Após o regular trâmite de processo judicial, com contraditório e ampla defesa, transitou em julgado a sentença penal que condenou Bruno pela prática de crime doloso, aplicando-lhe pena privativa de liberdade de dois anos, posteriormente substituída por prestação de serviços à comunidade. Enquanto cumpre a pena, Bruno pretende participar de atividades cívicas e concorrer a cargo eletivo.

À luz da Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- a) Bruno não sofreu restrição de seus direitos políticos, pois a substituição da pena por prestação de serviços descaracteriza a suspensão prevista no art. 15, III, da CF.
- b) Bruno sofreu suspensão de seus direitos políticos, ainda que a pena privativa de liberdade tenha sido substituída por restritiva de direitos, permanecendo a restrição enquanto durar o cumprimento da pena.
- c) Bruno não pode ajuizar ação popular, pois esta exige capacidade eleitoral ativa, a qual fica definitivamente cassada com a condenação criminal.
- d) Bruno pode se filiar e permanecer filiado a partido político, mas não pode exercer o voto nem disputar eleições durante o período de prestação de serviço.
- e) Bruno somente perderá os direitos políticos se houver expressa decisão judicial declaratória da suspensão após o início do cumprimento da pena.

37. Durante o julgamento de um processo em tribunal, o relator suscitou a inconstitucionalidade de um dispositivo legal e o órgão fracionário do tribunal, por maioria simples, afastou a aplicação da norma ao caso concreto, sem submeter a questão ao Plenário ou ao órgão especial.

À luz do sistema de controle de constitucionalidade previsto na CF/1988, é correto afirmar que o órgão julgador

- a) agiu corretamente, pois qualquer órgão judicial pode afastar a aplicação de norma inconstitucional em controle difuso, independentemente da instância.
- b) agiu incorretamente, pois mesmo no controle difuso, a declaração de inconstitucionalidade por tribunal exige o voto da maioria simples do órgão fracionário.
- c) agiu corretamente, pois a cláusula de reserva de plenário só se aplica ao controle concentrado de constitucionalidade.
- d) agiu incorretamente, pois violou a cláusula de reserva de plenário, uma vez que órgão fracionário de tribunal não pode afastar a aplicação de norma por inconstitucionalidade sem submeter a questão ao Plenário ou órgão especial.
- e) agiu corretamente, pois não houve declaração expressa de inconstitucionalidade, mas apenas o afastamento da norma ao caso concreto, o que dispensa a reserva de plenário.

38. O controle de constitucionalidade é um mecanismo importante para garantir a conformidade das normas jurídicas com a Constituição Federal. No direito constitucional brasileiro, aponte qual das alternativas descreve corretamente o controle de constitucionalidade difuso.

- a) É o controle realizado por qualquer juiz ou tribunal no julgamento de casos concretos, podendo declarar a inconstitucionalidade de uma norma e afastá-la do caso específico.
 - b) É o controle exercido exclusivamente pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em ações diretas de inconstitucionalidade, com efeito vinculante para todos os órgãos do poder público.
 - c) É o controle realizado somente pelo Congresso Nacional durante o processo legislativo, para verificar a compatibilidade de projetos de lei com a Constituição.
 - d) É o controle que só pode ser exercido pelo Presidente da República, que pode vetar leis por inconstitucionalidade.
 - e) É o controle exercido pelos Tribunais de Contas, que avaliam a conformidade das leis orçamentárias com a Constituição.
-

39. Com o propósito de estabelecer medidas reguladoras da economia, o Presidente da República editou medida provisória (MP) para aumentar a alíquota de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para compra de moeda estrangeira. A MP foi imediatamente enviada ao Congresso Nacional, com a devida justificativa de relevância e de urgência. A medida não passou por comissão e foi levada diretamente ao Plenário da Câmara dos Deputados para votação, tendo sido aprovada, sem modificação, pela metade mais um dos presentes, sendo certo que a maioria absoluta dos parlamentares estava na sessão. No Senado, foi aprovada por maioria simples em um só turno. Em seguida, o Presidente da Mesa do Congresso Nacional fez a promulgação. A respeito do caso narrado, aponte a assertiva incorreta.

- a) A medida provisória foi rejeitada pelo Senado Federal, uma vez que o quórum exigido para a sua aprovação é o de maioria absoluta.
- b) A MP deveria ter sido analisada por comissão mista antes de seguir ao Plenário da Câmara dos Deputados, motivo pelo qual o vício formal apresentado é suficiente para gerar a declaração de inconstitucionalidade da lei promulgada.
- c) No processo legislativo da medida provisória, a Casa Iniciadora deve ser necessariamente a Câmara dos Deputados.
- d) Medidas provisórias aprovadas pelo Congresso Nacional, sem modificação, não se submetem à sanção e nem veto.
- e) A nova alíquota do IOF pode ser aplicada imediatamente, uma vez que a medida provisória tem força de lei e o citado imposto não se sujeita à cláusula de anterioridade tributária.

40. O Governador de Santa Catarina ajuizou arguição de descumprimento de preceito fundamental contra Súmula do Tribunal Superior do Trabalho que assegura ao trabalhador o recebimento de férias em dobro em caso de atraso no pagamento. Segundo o chefe do Executivo estadual, o enunciado da Súmula, de modo geral e abstrato,

cria direito não previsto em lei, o que onera os cofres públicos. A respeito da situação narrada, aponte a assertiva correta, conforme redação da Lei 9882/1999 e de acordo com o posicionamento do Supremo Tribunal Federal.

- a) A Súmula do Tribunal Superior do Trabalho não poderia ser objeto da arguição de descumprimento de preceito fundamental, por não configurar ato do Poder Público, e sim mera sintetização do entendimento do Tribunal.
- b) Assim como o Governador de Santa Catarina, qualquer pessoa interessada poderia, por meio da ADPF, questionar a Súmula do Tribunal Superior do Trabalho ao Supremo Tribunal Federal.
- c) Como não há outro meio capaz de combater o enunciado da Súmula que anuncia preceito impositivo no âmbito da Justiça do Trabalho, atendido o pressuposto da subsidiariedade, cabível a arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- d) Conquanto caiba arguição de descumprimento de preceito fundamental para atacar enunciado de Súmula, não se verifica, na situação, nenhuma violação a preceito fundamental, uma vez que a própria constituição assegura o pagamento de férias em dobro ao trabalhador na hipótese de atraso.
- e) Diferente do que se aplica à ação direta de inconstitucionalidade, não se admite medida cautelar em arguição de descumprimento de preceito fundamental.

DIREITO ADMINISTRATIVO*Herbert Almeida*

41. Em um concurso público que reserva vagas a candidatos pretos e pardos, João foi eliminado pela comissão de heteroidentificação, que concluiu que suas características fenotípicas não correspondiam às de pessoa parda. Inconformado, João ingressou com ação judicial alegando que o ato da comissão foi arbitrário e violou seu direito de defesa. À luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

- a) O Poder Judiciário pode rever livremente a decisão da comissão de heteroidentificação, substituindo-a na análise das provas e dos critérios utilizados.
- b) O Poder Judiciário não pode, em nenhuma hipótese, exercer controle sobre os atos de comissões de heteroidentificação, pois se trata de matéria interna de concurso público.
- c) É ilegítima a utilização, além da autodeclaração, de critérios subsidiários de heteroidentificação, por ofensa aos princípios da dignidade da pessoa humana e garantidos o contraditório e a ampla defesa.
- d) O controle judicial de atos da comissão de heteroidentificação em concursos públicos é possível para garantir o contraditório e a ampla defesa.
- e) O Poder Judiciário pode determinar a imediata nomeação do candidato eliminado, sempre que houver divergência entre a autodeclaração e a conclusão da comissão.

42. Suponha que determinado Estado da federação tenha editado uma lei estadual que conferia ao Tribunal de Contas local o poder de determinar que as controladorias-gerais do Executivo, Legislativo e Judiciário estaduais realizassem auditorias específicas, sob sua supervisão. O governador questionou a norma perante o Supremo Tribunal Federal. À luz da jurisprudência constitucional, é correto afirmar que:

- a) A norma é constitucional, pois o Tribunal de Contas exerce controle externo sobre toda a Administração Pública, podendo determinar auditorias aos órgãos internos.
- b) A norma é inconstitucional, pois viola a separação de Poderes e a autonomia dos sistemas de controle interno de cada Poder.
- c) A norma é válida apenas se houver prévia autorização do Poder Legislativo estadual.
- d) A norma é inconstitucional apenas quanto ao Poder Judiciário, que possui autonomia funcional para fiscalizar seus próprios órgãos.
- e) A norma é constitucional, pois a Constituição determina que compete ao sistema de controle interno apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

43. Acerca dos atos de improbidade administrativa e das decisões mais recentes dos Tribunais Superiores sobre o tema, assinale a opção correta:

- a) A vedação à condenação em solidariedade contida na Lei n. 8.429/1992 não é absoluta, pois somente é aplicável quando individualizáveis os desígnios dos agentes ativos do ato ilícito, mas não quando tenham, todos eles, participado em unidade de vontades no cometimento da improbidade, oportunidade em que se poderá atribuir a todos o dever de ressarcir integralmente os danos causados.
- b) As disposições da Lei nº 14.230/2021 não são aplicáveis aos processos em curso para regular o procedimento da tutela provisória de indisponibilidade de bens, de modo que as medidas já deferidas não poderão ser reapreciadas para fins de adequação à atual redação dada à Lei nº 8.429/1992.
- c) É vedada a utilização conjunta das Leis nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa) e nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) para fundamentar uma mesma ação civil, por violação ao princípio do *non bis in idem*.
- d) A cassação da aposentadoria de servidor público, como consequência da perda da função pública por ato de improbidade administrativa, não é admissível, por ausência de previsão expressa na Lei de Improbidade Administrativa.
- e) É cabível o reconhecimento da prescrição intercorrente na fase executória da ação de improbidade.

44. Determinado servidor público estadual, após completar seis anos de efetivo exercício, solicitou licença sem remuneração para tratar de assuntos particulares pelo prazo de dois anos. A Administração deferiu o pedido, mas exigiu que o servidor permanecesse em exercício até a publicação do ato concessivo. Após um ano de afastamento, o servidor solicitou o retorno antecipado ao cargo. Considerando as normas aplicáveis à licença para tratar de interesses particulares contidas na Lei nº 10.261/68, assinale a alternativa correta:

- a) O servidor não poderia retornar antes do término do período de licença, pois o afastamento é irrenunciável após a concessão.
- b) A licença poderia ter sido negada, mesmo com o cumprimento do tempo mínimo de exercício, se o afastamento fosse inconveniente ao interesse do serviço.
- c) A Administração não poderia exigir que o servidor aguardasse em exercício, pois o afastamento tem efeito imediato após o protocolo do pedido.
- d) O servidor poderia renovar a licença imediatamente após o retorno, caso houvesse interesse pessoal, sem necessidade de novo período de carência.
- e) A licença para tratar de interesses particulares poderia ser gozada por prazo superior a dois anos, uma vez que o limite legal é de três anos.

45. Considere que, no âmbito de uma secretaria estadual, há um processo administrativo complexo que envolve simultaneamente áreas técnica, jurídica e financeira. Diante de divergências entre os setores que estão atrasando a decisão final, o secretário propôs a adoção do instituto da decisão coordenada para garantir maior celeridade. Considerando o regime jurídico aplicável (Lei nº 9.784/1999), assinale a alternativa correta:

- a) A decisão coordenada é aplicável a qualquer processo administrativo, inclusive aos de licitação e aos de natureza sancionadora, desde que haja discordância entre os órgãos envolvidos.
- b) O instituto da decisão coordenada transfere a responsabilidade integral para a instância colegiada criada, afastando a responsabilidade originária de cada órgão participante.
- c) A decisão coordenada tem por objetivo simplificar o processo administrativo mediante participação sucessiva de cada autoridade decisória, observada a hierarquia administrativa.
- d) A decisão coordenada aplica-se apenas quando houver participação de autoridades de diferentes Poderes, dada a sua natureza interinstitucional.
- e) A decisão coordenada pressupõe a atuação compartilhada e concomitante das autoridades decisórias e responsáveis pela instrução técnica e jurídica, visando eficiência e celeridade.

46. Determinado órgão firmou convênio com uma entidade privada para operacionalizar parte de um programa social. O acordo envolvia o compartilhamento de dados pessoais de beneficiários. Após denúncia de que tais informações estavam sendo utilizadas para fins comerciais pela entidade, a Autoridade Nacional iniciou apuração. Considerando as regras sobre o tratamento e o compartilhamento de dados pessoais pelo poder público, nos termos da Lei nº 13.709/2018, é correto afirmar que:

- a) O compartilhamento de dados pessoais com entidade privada é livre, desde que o poder público permaneça responsável pelo tratamento dos dados.
- b) O poder público pode transferir dados pessoais a entidades privadas para qualquer finalidade, desde que assegure a proteção da identidade dos titulares.
- c) O compartilhamento de dados pessoais pelo poder público com entidades privadas somente é permitido nas hipóteses legais específicas, como execução descentralizada de atividade pública, devendo o contrato ser comunicado à Autoridade Nacional.
- d) O convênio firmado entre órgão público e entidade privada não precisa ser informado à Autoridade Nacional, pois a supervisão das operações cabe exclusivamente ao órgão público contratante.
- e) É exigido sempre o consentimento do titular dos dados para qualquer compartilhamento entre órgãos públicos e entidades privadas, ainda que destinado à execução de políticas públicas.

47. Determinado órgão público pretende licitar uma obra de construção de ponte de médio porte. O setor técnico elaborou o projeto básico e avaliou que não seria necessária a confecção do projeto executivo, por se tratar de obra simples. À luz das regras da Lei nº 14.133/2021 e dos conceitos aplicáveis, assinale a alternativa correta:

- a) O projeto executivo pode ser dispensado em qualquer obra, a critério da Administração, desde que haja previsão orçamentária para execução.
- b) A dispensa do projeto executivo é possível apenas se o estudo técnico preliminar demonstrar a inexistência de prejuízo para aferição dos padrões de desempenho e qualidade, podendo o objeto ser especificado em termo de referência ou projeto básico.
- c) O projeto executivo é sempre obrigatório antes da licitação, inclusive nos regimes de contratação integrada e semi-integrada.
- d) O anteprojeto deve obrigatoriamente substituir o projeto básico nas licitações de obras comuns.
- e) O projeto básico e o termo de referência devem coexistir em todas as licitações de obras e serviços.

48. Sobre o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos da Lei nº 14.133/21, é correto afirmar que:

- a) O PNCP é um sistema de uso facultativo pelos entes federativos, cuja adesão depende de regulamentação própria de cada esfera de governo.
- b) O PNCP tem por finalidade exclusiva servir como base de dados para registros de contratos administrativos firmados pela União, sendo vedado seu uso pelos Estados e Municípios.
- c) O PNCP substitui integralmente os portais de transparência dos órgãos e entidades públicas, centralizando todas as informações orçamentárias e financeiras.
- d) O PNCP é o portal oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória das contratações públicas, no qual devem ser publicados editais,

avisos, resultados, contratos e outros documentos exigidos pela Lei nº 14.133/2021.

- e) O PNCP é um sistema de apoio operacional gerido pelo Tribunal de Contas da União, responsável pela gestão e fiscalização de todas as licitações e contratos no âmbito federal.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Stefan Fantini

49. O planejamento voltado para o longo prazo, elaborado pela alta administração e direcionado à organização como um todo, é denominado:

- a) planejamento operacional.
- b) planejamento tático.
- c) planejamento gerencial.
- d) planejamento intermediário.
- e) planejamento estratégico.

50. Os fragmentos a seguir foram extraídos do site da Controladoria Geral do Estado de São Paulo (CGE-SP).

“Fortalecer a gestão pública por meio da auditoria interna, do combate à corrupção e da disseminação de mecanismos de integridade, transparência e participação social, visando à excelência dos serviços prestados à sociedade.”

“Ser reconhecida pela sociedade e Administração Pública como referência no combate à corrupção e na promoção de uma gestão eficiente, íntegra e transparente.”

“Transparência; excelência na gestão; integridade e ética; foco no cidadão; prevalência do interesse público; inovação.”

Esses fragmentos representam, respectivamente:

- a) a visão, a missão e os valores da CGE-SP.
- b) a missão, os valores e a visão da CGE-SP.
- c) a missão, a visão e os valores da CGE-SP.
- d) a visão, os valores e a missão da CGE-SP.
- e) os valores, a visão e a missão da CGE-SP.

51. O ciclo PDCA é amplamente utilizado na gestão da qualidade e busca promover a melhoria contínua. No momento em que a organização adota medidas para corrigir falhas identificadas e evitar que elas se repitam, está atuando na fase

- a) Plan (P).
- b) Do (D).
- c) Check (C).
- d) Act (A).
- e) Control (C).

52. Indique a alternativa que não traz uma das fases do ciclo de políticas públicas.

- a) Implementação.
- b) Prestação de contas.
- c) Construção da agenda.
- d) Formulação da política.
- e) Avaliação.

53. O governo federal criou um programa que concede computadores e acesso gratuito à internet para alunos de baixa renda matriculados em escolas públicas, custeado com recursos do orçamento da União. Essa política pública, que gera benefícios concentrados em um grupo específico e custos compartilhados por toda a sociedade, é classificada como

- a) Regulatória.
- b) Redistributiva.
- c) Distributiva.
- d) Estruturante.
- e) Gratuita.

54. Após quatro anos de execução, um programa estadual voltado à alfabetização foi encerrado. Os gestores decidiram analisar os resultados obtidos para verificar se as metas e os objetivos definidos no início foram efetivamente alcançados. Esse tipo de avaliação, realizada ao final da política pública, denomina-se

- a) Avaliação In Itinere.
- b) Avaliação Concomitante.
- c) Avaliação Ex Ante.
- d) Avaliação Ex Post.
- e) Avaliação de Processo.

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL DA CGE-SP E MECANISMOS DE INTEGRIDADE

Giulian Salvador

55. Considerando a estrutura e as competências da Controladoria-Geral do Estado de São Paulo (CGE/SP), conforme a Lei Complementar nº 1.419/2024 e o Decreto nº 69.183/2024, assinale a alternativa correta.

- a) A Controladoria-Geral do Estado não pode instaurar procedimentos de responsabilização de agentes privados.
- b) O Controlador-Geral do Estado não possui competência para declarar nulidades em processos administrativos, mesmo após parecer técnico, devendo submeter tais casos ao Governador.
- c) A Subsecretaria de Integridade Pública e Privada atua apenas como unidade de assessoramento técnico, sem exercer função central de sistema no âmbito da CGE.
- d) Compete ao Controlador-Geral do Estado declarar a nulidade de processos administrativos após parecer técnico.
- e) A Ouvidoria-Geral do Estado atua exclusivamente como canal de denúncias, sem competência para decidir recursos relacionados à Lei de Acesso à Informação.

56. A respeito da estrutura e das finalidades do Sistema de Correição do Poder Executivo Estadual de São Paulo, conforme a Lei Complementar nº 1.419/2024 e o Decreto nº 69.183/2024, assinale a alternativa correta.

- a) O Sistema de Correição é centralizado nas corregedorias setoriais dos órgãos da administração direta e indireta, sem órgão central coordenador.
- b) A Controladoria Geral do Estado atua apenas como órgão auxiliar do Sistema de Correição, não possuindo competência para avocar processos disciplinares em curso.
- c) A Corregedoria Geral do Estado integra o Sistema de Ética e Responsabilização Paulista.
- d) As unidades específicas de correição possuem competência meramente consultiva, cabendo exclusivamente às chefias imediatas instaurar procedimentos disciplinares.
- e) O Sistema de Correição tem enfoque no registro formal de sanções disciplinares.

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL DA CGE-SP E MECANISMOS DE INTEGRIDADE

Elder Loureiro

57. Pedro foi aprovado no concurso da CGE/SP. Em exercício, tratava as pessoas com urbanidade, era assíduo e mantinha iniciativas colaborativas e proativas, atendendo, inclusive, demandas para entrega de trabalhos fora do horário de expediente. Aperfeiçoava-se permanentemente para o exercício de sua função pública, compartilhando sempre qualquer informação para a melhoria dos fluxos de trabalho, e utilizava todos os sistemas eletrônicos para quaisquer atividades de interesse público. Quando soube de fato contrário à lei, comunicou, após três dias, a ocorrência à sua chefia. No caso, Pedro apenas cumpriu o Código de Ética quanto ao:

- a) atendimento de demandas para entrega de trabalhos.
- b) aperfeiçoamento permanente para o exercício de sua função pública.
- c) compartilhamento de informação para a melhoria dos fluxos de trabalho.
- d) uso dos sistemas eletrônicos.
- e) prazo de comunicação da ocorrência de fato contrário à legislação.

58. Jorge precisava agendar a realização de compromisso público, consistente em atividade geral aberta ao público, como solenidade. João corretamente explicou que, consoante o Decreto nº 68.829/2024 do Estado de São Paulo, tratava-se de um(a):

- a) Audiência.
- b) Audiência pública.
- c) Evento.
- d) Reunião.
- e) Despacho interno.

59. Beatriz, Diretora de Fomento à Integridade da Controladoria Geral do Estado de São Paulo, explicou a seus subordinados as situações que configuram, ou não, conflito de interesses. Indagada por colaboradores sobre algumas situações, declarou que só não configuraria conflito de interesses real, consoante o Decreto nº 69.474/2025 do Estado de São Paulo:

- a) Fazer uso de informação privilegiada, em proveito próprio, obtida em razão do exercício de atividade particular.
- b) Manter relação de negócio, em nome de pessoa jurídica, com pessoa jurídica que tenha interesse em decisão de colegiado do qual o agente público participe.
- c) Atuar como procurador de interesses privados em sociedade de economia mista estadual.
- d) Utilizar-se do emprego para influenciar de maneira imprópria o processo decisório no desempenho da função pública.
- e) Prestar serviços em caráter eventual a empresa cuja atividade seja regulada por entidade ao qual o agente público esteja vinculado.

60. O Decreto nº 68.829/2024 do Estado de São Paulo dispõe sobre vedação, medidas de prevenção e detecção do nepotismo e responsabilização de servidores e agentes públicos na Administração Pública direta e autárquica. Inclui-se nas vedações do decreto a:

- a) Nomeação de empregado público permanente, observada a compatibilidade do grau de escolaridade do emprego de origem e a qualificação profissional do empregado.
 - b) Contratação realizada anteriormente ao início do vínculo familiar entre o agente público e o contratado.
 - c) Nomeação de pessoa sem vínculo efetivo com a Administração Pública para cargo em comissão de nível hierárquico mais alto que o da outra autoridade conflitante.
 - d) Designação não remunerada para colegiado, desde que o membro deste represente a Administração Pública estadual.
 - e) Nomeação para cargo de natureza política.
-

MÓDULO II**AUDITORIA GOVERNAMENTAL E CONTROLE INTERNO***Tonyvan Carvalho*

61. A Constituição do Estado de São Paulo estabelece que o Sistema de Controle Interno (SCI) tem por finalidade, entre outras, avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Estado, bem como os resultados da gestão nos órgãos e entidades da Administração Estadual. De acordo com o Referencial Técnico da CGE/SP (2023) e a Constituição Estadual de 1989, é correto afirmar que:

- a) o SCI atua apenas como instância consultiva do controle externo, sem competência própria de avaliação ou fiscalização.
- b) a função central do SCI é assessorar os órgãos de governo na emissão de pareceres jurídicos sobre execução orçamentária.
- c) o SCI constitui mecanismo de controle administrativo interno de cada Poder, devendo atuar em apoio ao controle externo e à governança pública.
- d) o SCI é órgão auxiliar do Tribunal de Contas do Estado, subordinando-se hierarquicamente a ele.
- e) a CGE é a única responsável pela execução de auditorias em toda a Administração Pública Estadual, inclusive nos Poderes Legislativo e Judiciário.

62. De acordo com o Referencial Técnico da CGE-SP (2023), a estrutura de controles internos das organizações públicas do Executivo Estadual baseia-se no modelo das três linhas de defesa. Nesse modelo, é correto afirmar que:

- a) a primeira linha de defesa é exercida pelos auditores internos governamentais das UAIG.
- b) a segunda linha de defesa atua como instância de assessoria e supervisão das atividades de controle realizadas pela primeira linha.
- c) a terceira linha de defesa é responsável pela execução das políticas públicas e dos programas de governo.
- d) as linhas de defesa atuam de forma subordinada ao Tribunal de Contas do Estado.
- e) as Assessorias Especiais de Controle Interno (AECI) integram a primeira linha de defesa.

63. Segundo o Manual de Orientações Técnicas (MOT 2023) da CGE-SP, a independência e a objetividade são pressupostos essenciais para o exercício da auditoria interna governamental. Assinale a alternativa que melhor representa a diferença entre esses conceitos:

- a) A independência refere-se à postura mental do auditor, enquanto a objetividade é um atributo institucional da UAIG.
- b) A independência diz respeito à UAIG como função institucional; a objetividade, à atitude pessoal do auditor no desempenho de suas atividades.
- c) Ambas se referem exclusivamente à postura ética do auditor, sem relação com estrutura organizacional.
- d) A objetividade é inerente à UAIG, enquanto a independência depende da aprovação prévia do gestor auditado.
- e) Os dois conceitos são sinônimos e podem ser utilizados indistintamente nas normas de auditoria.

64. De acordo com o Referencial Técnico da CGE-SP (2023) e a LC 1.419/2024, a atividade de auditoria interna governamental no Poder Executivo Estadual tem por finalidade:

- a) executar diretamente as políticas públicas de governo.
- b) emitir pareceres jurídicos vinculantes sobre atos administrativos.
- c) aumentar e proteger o valor organizacional das instituições públicas, fornecendo avaliação, assessoria e aconselhamento baseados em risco.
- d) atuar como órgão disciplinar para apuração de infrações funcionais.
- e) controlar a execução orçamentária exclusivamente por meio de auditoria financeira.

65. Nos termos do Decreto nº 69.183/2024, que regulamenta a LC 1.419/2024, a Controladoria Geral do Estado (CGE) é órgão central do Sistema de Controle Interno e possui, entre outras, a competência de:

- a) julgar as contas dos gestores estaduais e aplicar sanções administrativas.
- b) exercer funções de assessoria jurídica e contenciosa ao Poder Executivo.
- c) expedir orientações técnicas e normativas às UAIG, promovendo a harmonização e a qualidade dos trabalhos de auditoria.
- d) executar as atividades operacionais das secretarias de estado.
- e) submeter-se hierarquicamente a cada órgão da Administração Indireta para validação de auditorias.

66. Segundo o Manual de Orientações Técnicas (2023), os serviços de consultoria prestados pelas UAIG:

- a) substituem os trabalhos de avaliação quando o gestor solicitar análise pontual.

b) podem ser executados a pedido da Unidade Auditada, sem comprometer a autonomia técnica ou a objetividade do auditor.

c) devem sempre resultar em parecer conclusivo sobre a regularidade dos atos administrativos.

d) limitam-se a ações de capacitação e treinamento, sem envolvimento com a gestão de riscos.

e) têm caráter vinculante e obrigam a administração a implementar as recomendações emitidas.

67. Conforme as normas da CGE/SP e as melhores práticas de auditoria governamental, o Plano Anual de Auditoria Interna deve ser:

a) fundamentado na ordem cronológica de demandas recebidas dos órgãos auditados.

b) baseado em risco, considerando os objetivos estratégicos, metas e prioridades da unidade auditada.

c) restrito a auditorias financeiras de demonstrações contábeis.

d) aprovado exclusivamente pela Unidade Auditada.

e) revisado somente ao final de cada mandato governamental.

68. De acordo com o Referencial Técnico da CGE/SP (2023), a auditoria interna governamental deve:

a) emitir parecer conclusivo sobre todos os atos administrativos praticados pelos gestores.

b) buscar agregar valor e melhorar as operações públicas, avaliando e aperfeiçoando os processos de governança, gestão de riscos e controles internos.

c) executar as ações operacionais dos órgãos auditados.

d) substituir o controle externo nas avaliações contábeis e orçamentárias.

e) atuar apenas como órgão correcional, apurando irregularidades funcionais.

69. Conforme o Decreto nº 69.183/2024 e o Referencial Técnico CGE (2023), integram o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual:

- a) apenas a CGE e as secretarias de governo.
- b) a CGE e as Auditorias Internas Singulares (Audin) das entidades da administração indireta.
- c) o Tribunal de Contas do Estado e o Ministério Público de Contas.
- d) as Assessorias Especiais de Controle Interno (AECI) como órgãos centrais.
- e) apenas as UAIG vinculadas à Secretaria da Fazenda.

70. Segundo o modelo adotado pela CGE/SP (Referencial Técnico, 2023), a terceira linha de defesa é caracterizada por:

- a) supervisão das atividades da primeira linha e apoio ao gerenciamento de riscos.
- b) execução dos controles operacionais básicos.
- c) atuação da auditoria interna governamental com autonomia técnica e objetividade.
- d) coordenação das atividades de conformidade e de qualidade da gestão.
- e) análise de assuntos jurídicos e disciplinares de servidores.

71. De acordo com o MOT (2023), o planejamento de um trabalho individual de avaliação deve:

- a) ser executado apenas após a fase de comunicação dos resultados.
- b) restringir-se a auditorias financeiras e contábeis.
- c) identificar riscos e controles relevantes para definir o escopo e os testes de auditoria.
- d) depender de autorização prévia da Unidade Auditada.
- e) prescindir de levantamentos preliminares.

72. Com base no MOT (2023), as evidências de auditoria devem ser:

- a) quantitativas e matematicamente comprovadas.
- b) suficientes, confiáveis, relevantes e úteis para sustentar os achados.
- c) produzidas exclusivamente por meios documentais.
- d) obtidas apenas de fontes internas da Unidade Auditada.
- e) dispensáveis em casos de opinião favorável do gestor.

73. Segundo o MOT (2023), a principal diferença entre serviços de consultoria e de avaliação na auditoria interna governamental é que:

- a) a consultoria implica em parecer vinculante; a avaliação não.
- b) a avaliação resulta em opiniões independentes sobre objetos de auditoria; a consultoria atua mediante solicitação do gestor para orientar e melhorar a gestão.
- c) a consultoria é restrita à verificação contábil.
- d) ambas têm a mesma finalidade e procedimentos.
- e) a avaliação depende de autorização da CGE.

74. No âmbito da CGE/SP, após a execução do trabalho de auditoria, a comunicação dos resultados deve:

- a) restringir-se aos relatórios internos da UAIG.
- b) ser enviada apenas ao gestor da unidade auditada.
- c) ser divulgada na internet, observado o princípio da publicidade e as restrições legais.
- d) depender de autorização do controle externo.
- e) ocorrer somente em caso de constatação de fraude.

75. O processo de monitoramento dos trabalhos de auditoria tem como finalidade:

- a) reabrir o trabalho para nova avaliação completa.
- b) garantir a efetividade das recomendações emitidas e medir os benefícios decorrentes da auditoria.
- c) substituir as atividades de controle interno.
- d) elaborar novo plano de auditoria sem considerar os achados anteriores.
- e) encerrar formalmente a atividade sem verificar a implementação das recomendações..

76. Segundo o MOT-2023, os trabalhos de avaliação compreendem três tipos básicos:

- a) Auditoria financeira, de conformidade e operacional.
- b) Auditoria de desempenho, preventiva e corretiva.
- c) Auditoria contábil, de legalidade e de riscos.
- d) Auditoria de compliance, de consultoria e de controle interno.
- e) Auditoria de conformidade, de qualidade e de resultados.

77. A Constituição Estadual de 1989 e a LC 1.419/2024 determinam que o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual deve:

- a) atuar exclusivamente sobre os órgãos da administração direta.
- b) exercer a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial em todo o Executivo, abrangendo inclusive entidades da administração indireta.
- c) restringir-se à verificação da legalidade de atos de pessoal.
- d) substituir o controle externo na análise das contas públicas.
- e) ter competência apenas consultiva, sem poder de auditoria..

78. A autonomia técnica da UAIG, segundo o Referencial Técnico, significa:

- a) independência funcional e liberdade de definir escopo, procedimentos e comunicação de resultados, sem interferências.
- b) ausência de subordinação hierárquica administrativa.
- c) direito do auditor de atuar sem qualquer supervisão.
- d) poder de julgar e punir gestores.
- e) exclusão de responsabilidade pelo conteúdo do relatório.

79. A objetividade, requisito ético do auditor interno governamental, consiste em:

- a) agir com imparcialidade e isenção de interesses pessoais ou externos à auditoria.
- b) ter liberdade para divergir da CGE.
- c) adotar posicionamento político neutro.
- d) emitir opinião favorável sempre que solicitado.
- e) atuar conforme orientação do gestor auditado.

80. O plano anual de auditoria interna baseado em riscos, segundo o MOT (2023), deve:

- a) considerar objetivos estratégicos, prioridades, metas e riscos da Unidade Auditada.
- b) focar somente em denúncias ou demandas extraordinárias.
- c) ser aprovado diretamente pelo governador.
- d) limitar-se a órgãos da administração direta.
- e) não sofrer alterações durante o exercício.

**ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E
ORÇAMENTÁRIA E FINANÇAS PÚBLICAS***Leandro Ravyelle*

81. Durante a tramitação da LOA/2026, o Estado Sigma incluiu em seu texto um Anexo de Programas e, por emenda parlamentar, autorizou operações de crédito específicas dentro do corpo da LOA. O Executivo, para “dar celeridade”, publicou uma portaria criando um “orçamento complementar” para gerir recursos de convênio internacional, além da LOA.

Assinale a opção correta:

- a) A portaria é válida, pois respeita a exclusividade ao tratar só de receita e despesa.
- b) A LOA não pode conter autorização para operações de crédito.
- c) O orçamento complementar viola o princípio da unidade e a legalidade orçamentária.
- d) O Anexo de Programas viola a exclusividade.
- e) A exclusividade impede anexos de metas fiscais.

82. O relator do orçamento estadual propôs redução de dotações de um programa cuja avaliação apontou baixa efetividade no biênio anterior, com base em diretrizes fixadas na LDO.

A decisão é:

- a) Vedada, pois a LOA é só autorizativa.
- b) Adequada, pois a LDO deve tratar de controle de custos e avaliação de resultados.
- c) Incompatível, pois avaliações só cabem no julgamento das contas.
- d) Válida apenas se houver decreto regulamentando avaliação.
- e) Válida apenas após o fim do PPA.

83. Diante de frustração de receita, a Secretaria da Fazenda publicou o Decreto de Programação Orçamentária e Financeira (DPOF) restringindo empenhos e estabelecendo cronograma de desembolso.

A medida:

- a) É vedada, pois configura contingenciamento só possível por lei.
- b) É compatível com a LRF, que exige programação financeira e cronograma.
- c) Só pode recair sobre despesas de capital.
- d) Dispensa motivação técnica.
- e) É exclusiva da União.

84. O Governo do Estado Aurora discute um pacote fiscal para 2026 com três frentes:

- Medida X: criação de um programa estadual de investimento em saneamento e drenagem urbana em municípios com déficit de cobertura, com execução direta por consórcios públicos.
- Medida Y: reformulação de transferências de renda e subsídios a bens essenciais, com desenho focalizado nas famílias em extrema pobreza e financiamento por tributos progressivos.
- Medida Z: instituição de uma regra anticíclica na LDO que autoriza política fiscal ativa: elevação temporária de gasto em recessões e contração em fases de superaquecimento, condicionada a parâmetros de hiato do produto e desemprego.

Relacione cada medida à **função econômica do orçamento** que melhor a caracteriza:

I. Função **alocativa**

II. Função **distributiva**

III. Função **estabilizadora**

Assinale a sequência **correta** para **X, Y e Z**, respectivamente.

- a) I – II – III
- b) II – III – I
- c) I – III – II
- d) III – I – II
- e) II – I – III

85. O Estado Polaris decidiu revisar seu Plano Estratégico 2035 adotando, por recomendação da secretaria de planejamento, a metodologia difundida pelo ILPES/CEPAL para articular planejamento e orçamento. O governador determinou que a LDO já incorpore essa lógica, de modo que as “grandes alternativas” escolhidas orientem a alocação de recursos na LOA e ancorem a revisão do PPA. Em oficina técnica, surgiram cinco propostas de “núcleo” da estratégia:

- I) Desenhar uma imagem de futuro (prospectiva) do estado;
- II) Selecionar projetos estratégicos coerentes com as grandes alternativas;
- III) Redigir um enunciado de políticas básicas para orientar a ação governamental;
- IV) Antecipar a programação financeira mensal (cronograma de desembolso);
- V) Fixar metas fiscais compatíveis com o novo teto de gastos estadual.

Considerando o enfoque do sistema orçamentário de desenvolvimento difundido pelo ILPES/CEPAL, o conjunto que compõe a estratégia no nível proposto é:

- a) I, IV e V.
- b) I, II e III.
- c) II, IV e V.
- d) I, II e V.
- e) III, IV e V.

86. O Estado *Lambda* anunciou que deixará o modelo incremental tradicional e passará a elaborar a LOA de 2027 em estrutura de orçamento-programa, articulada ao PPA e às diretrizes da LDO. À luz dessa opção, avalie as assertivas:

- I. () O orçamento-programa supõe integração com o planejamento, de modo que o orçamento explicita objetivos e resultados a alcançar num período definido, vinculando-se aos instrumentos PPA–LDO–LOA.
- II. () A mensuração de desempenho por metas e indicadores (eficiência, eficácia e efetividade) é

traço característico do orçamento-programa e subsidia a avaliação e a realocação de recursos.

- III. () No orçamento-programa, as decisões orçamentárias são tomadas primordialmente pela lógica das unidades administrativa.

Assinale a alternativa com a sequência correta:

- a) V – V – V
- b) V – V – F
- c) F – V – V
- d) V – F – V
- e) F – V – F

87. Diante do crescimento das despesas correntes acima da receita recorrente, o Estado Ípsilon anunciou que abandonará práticas conservadoras e adotará, já na LOA de 2027, a técnica do Orçamento Base Zero. Em despacho, o Secretário do Tesouro determinou:

- (i) elaboração de pacotes de decisão para cada ação governamental, com alternativas de custo e nível de serviço;
- (ii) hierarquização desses pacotes segundo critérios de custo-benefício e alinhamento ao planejamento;
- (iii) proibição de “recondução automática” de dotações com base no histórico.

À luz do OBZ, essa decisão exige, necessariamente:

- a) a exclusão do papel fiscalizatório do Poder Legislativo, para preservar a liberdade técnica do Executivo.
- b) a adoção de orçamento participativo obrigatório, tanto na elaboração quanto na aprovação da LOA.
- c) o ajuste marginal das dotações, tomando como base os valores do exercício anterior (lógica incremental).
- d) a revisão periódica do teto de gastos com base em inflação e crescimento, como condição para implementação do método.
- e) a justificação detalhada de todas as dotações em cada exercício, independentemente do histórico de valores.

88. Na revisão técnica do Projeto de LOA/2026 do Estado Delta, a controladoria identificou:

- (i) proposta de “orçamento complementar” por decreto para gerir convênios internacionais;
- (ii) previsão, no texto da LOA, de autorização para operações de crédito e para abertura de créditos suplementares;
- (iii) consolidação, em uma única lei, dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento das estatais dependentes; e
- (iv) indicação expressa de que o exercício financeiro coincide com o ano civil. Para subsidiar o parecer, os auditores decidiram recapitular os princípios orçamentários.

Relacione os princípios abaixo com suas definições.

I. *Totalidade (unidade)*

II. *Periodicidade (anualidade)*

III. *Exclusividade*

IV. *Universalidade*

- () Determina que a LOA contenha todas as receitas e todas as despesas de todos os Poderes, órgãos, fundos e entidades mantidas pelo ente, vedando a execução “à margem” do orçamento.
- () Impõe orçamento único por ente federativo, evitando orçamentos paralelos; a LOA reúne, em uma só lei, os orçamentos fiscal, da seguridade e de investimentos das estatais dependentes
- () Delimita o período a que se referem a previsão da receita e a fixação da despesa; o exercício financeiro coincide com o ano civil
- () Estabelece que a LOA não conterá matéria estranha à previsão da receita e à fixação da despesa, ressalvadas a autorização para créditos suplementares e para operações de crédito, nos termos da lei

Assinale a sequência correta, na ordem apresentada.

- a) III – I – II – IV
- b) IV – II – I – III
- c) IV – I – II – III
- d) IV – I – III – II
- e) III – IV – I – II

89. No Estado de Hélio, a Secretaria de Planejamento prepara o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2026, em cenário de desaceleração econômica e elevação do gasto obrigatório. Para compatibilizar planejamento e sustentabilidade fiscal, o governo cogita inserir, entre outros, os seguintes pontos na LDO:

- I. Diretrizes e prioridades que orientem a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), incluindo a estrutura programática a ser observada.
- II. As diretrizes de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento, alinhada à estratégia de desenvolvimento estadual.
- III. Observou, no que coube, os resultados do monitoramento e da avaliação das políticas públicas.

À luz da Constituição Federal de 1988, está **correto** o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

90. Em dezembro de 2022, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento, em sede de controle concentrado, de ações que questionavam a execução das emendas de relator (RP-9) no orçamento da União, prática apelidada pela imprensa de “orçamento secreto”. À luz do que decidiu o STF, assinale a alternativa correta.

- a) É constitucional, porque as RP-9 têm assento na Constituição e asseguram aos parlamentares atender demandas locais sem necessidade de identificação nominal dos autores das indicações.
- b) É inconstitucional, pois a forma como as RP-9 vinham sendo executadas ocultava os efetivos proponentes/beneficiários, atribuía a despesa genericamente ao relator-geral e violava transparência, publicidade e impessoalidade, restringindo o uso dessas emendas a erros e omissões.
- c) É inconstitucional, porque a jurisprudência vedou emendas individuais por relator em qualquer hipótese.
- d) É constitucional, desde que o Congresso publique, a posteriori, relatório global de execução, sendo desnecessária a identificação das solicitações individuais.
- e) É constitucional, pois a apresentação de emendas à LOA é prerrogativa típica do Parlamento e prescinde de regras específicas de transparência em razão da separação de poderes.

91. No exercício de 2025, a bancada federal do Estado Gama apresentou emenda de bancada estadual para construir um Centro Estadual de Hemodinâmica a ser concluído em três exercícios. A unidade beneficiária é um hospital público federal sediado no Estado, com cronograma físico-financeiro dividido em etapas anuais. Considerando as regras constitucionais e a legislação complementar que disciplinam a execução de emendas de bancada para investimentos até a conclusão, assinale a alternativa correta quanto à forma de assegurar a continuidade do investimento nos exercícios seguintes.

- a) A programação deve receber, no primeiro exercício, o montante integral necessário para os três anos, evitando a necessidade de novas emendas.
- b) A despesa deve ser abatida do limite anual de operações de crédito do ente executor, por se tratar de investimento em andamento.
- c) O financiamento deve ocorrer por créditos especiais solicitados pelo órgão setorial, após a vigência da emenda do primeiro ano.
- d) A continuidade depende de inclusão compulsória do projeto na revisão anual do PPA, sendo desnecessária nova emenda de bancada.
- e) O investimento deve ser objeto de emenda da mesma bancada estadual em cada exercício subsequente, até sua conclusão, observado o regramento específico que admite, até o máximo de três emendas, a não contagem dessas emendas no limite numérico anual das emendas de bancada quando destinadas à continuidade de obras já iniciadas e com objeto certo e registrado.

92. Um hospital universitário estadual mantém contrato de locação de ambulâncias UTI móvel, cujo objeto mensurável é o quilômetro rodado, com estimativa mensal e anual máxima. Em 2027, a demanda por transferências inter-hospitalares superou a média histórica e, em novembro, toda a cota anual de quilômetros contratados já havia sido consumida. A nova licitação estava em fase final, mas não concluída. Para não interromper o serviço essencial, a direção autorizou a continuidade do atendimento em dezembro/2027, com anuência da contratada, sem saldo contratual e sem possibilidade de emitir novo empenho naquele exercício.

No fechamento do exercício, visando regularizar a despesa do mês de dezembro (prestada sem cobertura de empenho e acima do limite contratual), a solução orçamentário-financeira adequada é:

- a) Abrir crédito adicional suplementar extraordinário em razão da urgência e pagar a despesa ainda em 2027.
- b) Inscrever em restos a pagar não processados o valor de dezembro, por se tratar de obrigação já contratada.
- c) Liquidar a despesa de dezembro, por representar variação patrimonial diminutiva, e efetuar o pagamento em seguida.
- d) Solicitar crédito especial com anulação de dotações e pagar a despesa, mesmo após o encerramento da execução orçamentária.
- e) Tratar a despesa de dezembro como Despesa de Exercícios Anteriores (DEA) no exercício seguinte, à conta de dotação específica, com o devido processo de regularização.

93. A Secretaria de Orçamento Federal divulgou o quadro consolidado abaixo (valores fictícios):

Exercício	Receitas próprias da Seguridade	Despesas da Seguridade
2023	R\$ 1,12 tri	R\$ 1,52 tri
2024	R\$ 1,30 tri	R\$ 1,64 tri
2025	R\$ 1,45 tri	R\$ 1,78 tri

Apesar do crescimento das receitas da seguridade, o hiato entre receitas e despesas persistiu em todos os exercícios. À luz da Constituição, da Lei nº 4.320/1964, da LRF e dos manuais da STN, assinale a alternativa correta sobre a forma juridicamente adequada de lidar com esse quadro no processo orçamentário.

- a) Devem ser abertos créditos especiais para “cobrir” o déficit do Orçamento da Seguridade Social.
- b) Despesas da Seguridade Social podem ser custeadas com recursos do Orçamento Fiscal, por meio de dotações consignadas na LOA.
- c) O superávit do Orçamento de Investimento das empresas estatais deve, por regra, ser revertido à União para financiar o déficit da seguridade.
- d) O Poder Executivo deve contingenciar parte do Orçamento da Seguridade até a ocorrência de superávit nas receitas próprias desse orçamento.
- e) Recursos obtidos pela anulação de despesas de capital são a fonte obrigatória para financiar o déficit da seguridade.

94. Na segunda quinzena de setembro de 2025, o Congresso Nacional aprovou e promulgou diversos projetos alterando a LOA/2025, nos seguintes termos (valores fictícios):

I. abertura de crédito especial de R\$ 3,8 bilhões em favor dos Ministérios da Saúde e dos Transportes, para implantação de centros regionais de trauma e obras emergenciais em rodovias;

II. abertura de crédito suplementar de R\$ 210 milhões ao Ministério da Educação, para reforçar ações de assistência estudantil;

III. abertura de crédito suplementar de R\$ 95 milhões para o Ministério da Justiça e Segurança Pública;

IV. abertura de créditos suplementares ao Tribunal de Contas da União e à Justiça Federal, totalizando R\$ 40 milhões;

V. abertura de crédito suplementar de R\$ 265 milhões para a Justiça do Trabalho e o Conselho Nacional de Justiça;

VI. aprovação de créditos adicionais especiais para empresas públicas não dependentes, totalizando R\$ 180 milhões, visando modernização de ativos.

Considerando a disciplina constitucional e infraconstitucional sobre abertura, vigência e execução de créditos adicionais, assinale a alternativa correta:

- a) Por possuírem autonomia orçamentária e financeira, os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário (itens IV e V) podem executar seus créditos suplementares no exercício subsequente, ainda que não reabertos.
- b) Dos créditos indicados nos itens I e VI, eventuais saldos a empenhar podem ser reabertos e executados no exercício seguinte, por terem sido autorizados nos quatro últimos meses do exercício.
- c) Todos os créditos abertos em dezembro podem ser executados no exercício seguinte, por força do princípio da continuidade do serviço público.
- d) Se não empenhados em 2025, somente os créditos destinados a atividades finalísticas (itens I, II e III) podem ser reabertos para 2026.

e) A abertura dos créditos adicionais dispensa a prévia indicação de recursos, exceto quando envolver empresas públicas (item VI), hipótese em que se exige demonstração de disponibilidade financeira.

95. Em 15 de dezembro de 2025, o Congresso Nacional aprovou a LDO/2026. O texto:

(i) fixou meta de resultado primário “neutra”, com banda de tolerância de $\pm 0,25$ p.p. do PIB, e determinou que determinadas despesas discricionárias de caráter social ficam ressalvadas da limitação de empenho;

(ii) definiu o reajuste do salário mínimo para 2026 com base em regra legal vigente e determinou a correção do Fundo Partidário pelo IPCA;

(iii) elencou critérios e prioridades para execução de investimentos estratégicos e estabeleceu diretrizes para elaboração da LOA, inclusive parâmetros de programação financeira e cronograma de desembolso.

À luz da Constituição, os trechos (i) (ii) e (iii) evidenciam que a LDO deve:

- a) definir limites para a dívida consolidada e flutuante e avaliar, de forma vinculante, os resultados dos programas governamentais.
- b) compreender metas e prioridades da Administração e indicar a margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.
- c) autorizar, por si, o contingenciamento permanente de despesas discricionárias e dispor sobre a repartição constitucional de receitas.
- d) estabelecer diretrizes da política fiscal e as respectivas metas, inclusive observando o resultado de monitoramento e de avaliação das políticas públicas, e orientar a elaboração da LOA com critérios de programação financeira e cronograma de desembolso.
- e) fixar as metas anuais do PPA e substituir a LOA na hipótese de não aprovação desta até 31 de dezembro.

96. Acerca da centralização das operações de natureza financeira da Administração Direta e Indireta do Estado de São Paulo, assinale a alternativa incorreta.

- a) Os pagamentos de despesas, obrigações ou responsabilidades de qualquer natureza, inclusive os decorrentes de decisões judiciais, de serviços da dívida pública ou de transferências, processados pelos órgãos que integram a Administração Direta do Estado, deverão ser executados exclusivamente pelo Banco do Brasil S.A
- b) O processamento de todas as movimentações financeiras de pagamentos a credores, incluindo fornecedores, no país e no exterior, bem como de quaisquer pagamentos ou outras transferências de recursos financeiros feitos pela Administração Direta e Indireta do Estado, incluídas as operações de câmbio e comércio exterior, deverão ser efetuados por meio do Banco do Brasil S.A
- c) O Banco do Brasil S.A. deverá dispor de agência centralizadora e o repasse, bem como a transferência serão efetuados mediante procedimentos definidos pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.
- d) Os ingressos de demais receitas públicas estaduais, orçamentárias e extraorçamentárias, deverão ser processados pelo Banco do Brasil S.A., quando autorizado, e depositados nas contas denominadas de tipo "C" dos respectivos órgãos e entidades.
- e) O Banco do Brasil S.A., nos casos em que estiver apto a receber, deverá processar, mediante autorização dos órgãos e entidades de que trata o artigo 1º e parágrafo único deste decreto, as despesas com FGTS, INSS, PIS/PASEP, COFINS, IRRF, CSLL, assim como as operações oficiais de compra e venda de moeda estrangeira, inclusive para fins de fechamento de contratos de câmbio nas importações e exportações.

97. Sobre a concessão de diárias aos servidores da Administração Centralizada e das Autarquias, bem como aos componentes da Polícia Militar do Estado de São Paulo, é correto afirmar que

- a) a diária poderá ser concedida ao servidor ou policial militar que se deslocar temporariamente da respectiva sede, no desempenho de suas atribuições, na realização de diligência policial militar ou em missão ou estudo, dentro do País, relacionados com o cargo, a função -atividade, o posto ou a graduação que exerce.
- b) poderá concedida diária ao servidor ou policial militar removido ou transferido durante do período de trânsito
- c) quando o deslocamento do servidor ou policial militar constituir exigência permanente do seu cargo, função-atividade, posto ou graduação poderá ser concedida diária
- d) Para o servidor ou policial militar integrante de equipe de apoio às viagens do Governador ou do Vice-Governador o valor da diária, quando for o caso com o acréscimo será acrescido da importância que lhe corresponder a 35% (vinte e cinco por cento).
- e) As diárias serão concedidas por turno de deslocamento do servidor ou policial militar do respectivo município-sede de exercício.

98. A *Companhia Estadual de Saneamento “Olhos de Coruja”*, sociedade de economia mista controlada pelo Estado de São Paulo, atua exclusivamente na prestação do serviço público essencial de abastecimento de água e esgotamento sanitário em regime não concorrencial, por contratos de programa com municípios, e não distribui dividendos há mais de dez anos, reinvestindo os resultados na expansão da rede. Diante de condenações judiciais de grande monta, a companhia pleiteia submeter o pagamento de suas dívidas ao regime constitucional de precatórios (art. 100 da CF), invocando a jurisprudência do STF que admite tal prerrogativa a determinadas entidades estatais.

À luz do entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta:

- a) Sociedades de economia mista não dependentes, ainda que explorem atividade econômica e distribuam lucros, submetem-se ao regime de precatórios por integrarem a Administração Indireta.
- b) A existência de qualquer lucro contábil afasta, por si só, a submissão de empresa estatal ao regime de precatórios.
- c) A sujeição ao regime de precatórios exige que a empresa estatal preste serviço público essencial, sem finalidade lucrativa e em regime não concorrencial, atuando como longa manus do Estado.
- d) O regime de precatórios alcança todas as pessoas jurídicas da Administração Indireta, inclusive as que concorram no mercado com o setor privado.
- e) Basta que a empresa seja controlada pelo Estado para que seus débitos judiciais sejam pagos por precatório, independentemente da natureza de sua atividade e de sua política de lucros.

99. No Estado Ômega, a Controladoria-Geral analisou, no 2º semestre, três práticas administrativas adotadas por diferentes órgãos:

- I. A Procuradoria-Geral do Estado determinou que os sistemas de contabilidade e administração financeira identifiquem nominalmente os beneficiários de pagamentos de sentenças judiciais, a fim de observância da ordem cronológica dos precatórios.
- II. A Secretaria da Fazenda elaborou relatório semestral, 90 dias após o encerramento do período, avaliando o cumprimento de objetivos e metas das políticas monetária e creditícia, com a demonstração de impacto e custo fiscal das operações e dos resultados nos balanços.
- III. O Poder Executivo, após editar a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, decidiu manter recursos legalmente vinculados para a finalidade específica, mesmo em exercício diverso daquele em que se deu o ingresso, até a realização do objeto vinculado.

À luz da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Constituição Federal, está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

100. No 2º bimestre do exercício, o Poder Executivo Federal constatou frustração relevante de receitas que, mantido o ritmo de execução, inviabilizaria o cumprimento da meta de resultado primário fixada na LDO. Simultaneamente, sobreveio decretação de calamidade pública de âmbito nacional, reconhecida por decreto legislativo do Congresso, com impactos diretos sobre despesas de saúde, proteção social e defesa civil. Considerando a LRF (LC 101/2000), a Lei 4.320/1964 e a jurisprudência correlata, assinale a alternativa correta:

- a) O Poder Executivo deve editar, em até 30 dias, ato de limitação de empenho e movimentação financeira, independentemente da decretação de calamidade, porque o orçamento é apenas autorizativo e a meta da LDO não pode ser flexibilizada.
- b) A ausência de ato de limitação de empenho pelo Executivo autoriza o Ministério Público da União a promover contingenciamento substitutivo, aplicando linearmente descontos sobre a execução de todas as unidades orçamentárias.
- c) A limitação de empenho não pode respeitar exceções setoriais definidas na LDO; deve ser sempre proporcional e uniforme sobre todas as despesas discricionárias.
- d) Não podem ser objeto de limitação de empenho as despesas com serviço da dívida e as despesas do FNDCT, por se tratar de fundo especial integrante do Sistema Financeiro Nacional voltado ao desenvolvimento científico e tecnológico.
- e) Reconhecida a calamidade pública por decreto legislativo, suspendem-se os efeitos das metas fiscais e das medidas delas decorrentes, podendo ser dispensada a limitação de empenho enquanto perdurar a situação excepcional, sem prejuízo de que renúncias de receita eventualmente adotadas para enfrentamento da calamidade observem a LRF ou a norma específica excepcional aplicável.

AValiação de Políticas Públicas

Elisabete Moreira

101. A avaliação das políticas públicas deve começar no nascedouro, por meio da análise *ex ante*, a fim de verificar, fundamentalmente, se respondem a um problema bem delimitado e pertinente e se propõe um desenho que efetivamente possa ser alcançado, ou seja, é necessário que as políticas públicas contem com a análise *ex ante* para que os recursos públicos e o bem-estar da sociedade sejam otimizados.

Acerca do tema, aponte a alternativa correta.

- a) Na análise ex-ante é necessário o preenchimento de um checklist que aborde somente as etapas do diagnóstico do problema e a identificação dos objetivos, das ações e dos resultados desejados.
- b) A validação das causas principais pode ser desenvolvida com a elaboração de uma árvore de problema, que deve conter o problema central, as causas potenciais e os objetivos a serem alcançados.
- c) A relevância do problema deve estar alinhada com as metas e os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, mesmo que não tenha havido o comprometimento com estes.
- d) O desenho da política não requer legitimidade social, não obstante ser necessário a comprovação de sua efetividade e eficiência naquele momento.
- e) O desenho da política pública envolve a definição dos atores e do arranjo institucional que compreende o estabelecimento de deveres e atribuições, com diferentes níveis de responsabilidades no processo de decisão e implantação da política.

102. Em um contexto de recursos escassos e restrições orçamentárias, é importante orientar a decisão acerca de políticas públicas para que ela recaia sobre a alternativa mais efetiva, eficaz e eficiente, promovendo um desenho adequado e o apoio oficial à sua implantação. Nesse sentido, aponte a alternativa correta.

- a) É na etapa do desenho da política que se deve utilizar a matriz SWOT, visando prever os insumos, processos, produtos, resultados e impactos.
- b) Não existe impacto efetivo nem resultados palpáveis para políticas sem objetivos claros e sem uma teoria do programa.
- c) No século XX, acreditou-se, nos Estados Unidos, que a proibição absoluta da produção e do consumo do álcool levaria à redução drástica da criminalidade. O que se viu na prática foi exatamente o contrário, o que comprova a utilização da teoria do programa.
- d) Antes da fase de definição da teoria do programa, é importante que se produza um modelo lógico de programa.
- e) Na produção do modelo lógico deve-se construir somente um indicador para cada resultado pretendido, de modo a ter clareza e objetividade.

103. Dificilmente as políticas se comportam, na prática, conforme um ciclo linear, em fases sucessivas. Essas fases, ao contrário, existem na forma de circuitos paralelos, intercorrentes, ou seja, em atividades simultâneas, mas nem sempre coincidentes. Em seus diferentes circuitos, as políticas comumente apresentam também curtos-circuitos, “atropelos”. Ou seja, constantemente, há reformulação da agenda, decisões que aprofundam ou revogam decisões anteriores e avaliações antecipadas que interferem na implementação, de forma positiva ou negativa. Nesse sentido, analise as alternativas a seguir.

- I. A análise do modelo lógico permite a identificação de falhas lógicas na concepção da intervenção e na

definição ou aperfeiçoamento de medidas de desempenho.

- II. O monitoramento é condição necessária à avaliação e serve como bússola para correções de rumo.
- III. O modelo lógico é composto por insumos, atividades, resultados e impactos.

Está correto o que consta APENAS em

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

104. Indicadores são dados que possibilitam acompanhar o andamento e medir o cumprimento dos objetivos de uma política. Eles se referem à quantidade, à qualidade, ao cronograma e aos custos observados comparativamente. Acerca dos indicadores, aponte a alternativa correta.

- a) No modelo SMART, utilizado no processo de escolha de indicadores, a relevância refere-se a medidas qualitativas e quantitativas mensuráveis, possibilitando aferir se os resultados propostos foram alcançados ou não.
- b) As avaliações formativas são realizadas quando a política ainda não teve tempo suficiente para gerar resultados.
- c) Atualmente, considera-se que a melhor estratégia de avaliação é a que se vale de métodos quantitativos que permitam uma análise tanto longitudinal quanto em profundidade da política.
- d) A entrega de produtos e dos resultados de curto prazo e médio prazo não comprometem os impactos duradouros da política.
- e) A causalidade entre os componentes de uma intervenção pode ser constatada simplesmente olhando-se para a diferença entre os valores dos indicadores pré e pós-intervenção.

105. Com relação aos indicadores de produtos, resultados e impactos e aos critérios de avaliação no âmbito da intervenção de uma política pública, analise as alternativas a seguir.

- I. No âmbito de processos, encontram-se os indicadores de insumos e atividades, por meio dos quais pode-se acompanhar a execução do programa, verificar sua aderência ao planejamento e seu desempenho, a exemplo da medição da quantidade de estruturas físicas implantadas e número de beneficiários atendidos.
- II. Indicadores de produtos estão relacionados às entregas diretas da política, que devem ser sempre quantificáveis, a exemplo dos custos ou quantidade de inscritos em uma política.
- III. Indicadores de resultados quantificam as mudanças ocorridas na realidade do público-alvo de um programa, a exemplo de alterações da renda e do desempenho dos alunos.

Está correto o que consta APENAS em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) III, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) I, II e III.

106. Ao realizar o desenho da criação de uma política voltada à proposta de melhoria habitacional, que envolve a construção de conjuntos de apartamentos financiados pelo governo, foram construídos indicadores relacionados a insumos, atividades, produtos, resultados e impactos. Aponte a alternativa correta que apresenta exemplo de indicadores de produtos.

- a) Número e resultado das reuniões realizadas para a elaboração do programa.
- b) Número de vistorias prévias realizadas nos imóveis.
- c) Quantidade de processos envolvidos para a seleção das famílias.

d) Número de vendas realizadas com o Cartão Reforma.

e) Número de servidores do Ministério na execução do programa.

107. O processo integrado de avaliação de políticas públicas consiste no uso de metodologias e ferramentas analíticas que fundamentam a tomada de decisão dos gestores públicos em prol do aprimoramento das políticas em execução. Acerca da avaliação das políticas públicas, analise as assertivas.

- I. A avaliação somativa, no âmbito da avaliação de processos, serve para medir a implementação ou o aperfeiçoamento da política.
- II. As avaliações de políticas públicas devem ser executadas em caráter permanente e integradas ao ciclo de políticas públicas.
- III. A abordagem de avaliação executiva permite, como parte de entrada para outras avaliações, identificar em qual elemento ou em qual processo da cadeia de valor há maior chance de ocorrerem aprimoramentos.

Está correto o que consta APENAS em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

108. A teoria do programa é um resumo narrativo que expressa de forma objetiva como a política incide sobre as causas do problema, projetando seus resultados e impactos ao longo do tempo. Envolve a especificação de como e por que uma política pode causar determinado desdobramento, investigando as relações causais entre os estágios envolvidos e explicitando como se espera atingir os objetivos da política, materializados nos resultados e nos impactos. Levando-se em consideração a avaliação de políticas públicas, aponte a alternativa correta.

- a) A avaliação qualitativa apresenta a facilidade de sintetização e generalização das informações.
- b) A avaliação quantitativa permite obter uma análise da política em contexto, de forma exploratória.
- c) Uma das vantagens da análise quantitativa está na facilidade de analisar, comparar e sumariar os dados, de modo a fornecer uma análise sintética das informações de grande número de pessoas.
- d) As informações coletadas por meio de entrevistas, estudos de caso ou observação direta dos participantes contribuem para analisar o comportamento e o contexto social dos atores, resultando numa análise quantitativa.
- e) A abordagem qualitativa estabelece conclusões gerais mensuráveis além de fornecer o contexto detalhado da intervenção.

109. A avaliação de uma política pública compreende a definição de critérios, indicadores e padrões utilizados para fundamentar entendimentos valorativos da realidade e abastecer o avaliador de parâmetros para julgar. Com relação aos critérios de avaliação, a assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

- () Eficácia corresponde aos resultados sociais (outcomes) relacionados à redução do problema e à geração de valor para a população.
- () Eficiência administrativa trata da relação entre produtividade (outputs) e recursos utilizados (inputs).

() Equidade verifica a homogeneidade de distribuição de benefícios ou punições, levando-se em conta as características da partida.

As afirmativas são, respectivamente,

- a) F, V e F.
- b) F, V e V.
- c) V, F e F.
- d) V, V e F.
- e) F, F e V.

110. A avaliação das políticas públicas se tornou uma etapa institucionalizada no ciclo das políticas públicas, com distinção entre avaliação ex-ante, ex-post e in-itinere. No caso da avaliação ex-post, o processo permite

- a) a elaboração coletiva de métricas avaliativas.
- b) a definição participativa dos interesses dos atores envolvidos.
- c) as interrogações em relação aos determinantes que influenciam nos resultados individuais de avaliação.
- d) o processo de tomada de decisão acerca da efetividade das ações.
- e) a formação de novas agendas e a construção de novos interesses individuais.

111. O julgamento deliberado sobre a validade das propostas, não somente quanto a criação, expansão ou aperfeiçoamento de políticas públicas, mas também para que estas sejam mais bem desenhadas e planejadas, pode envolver a criação de diversos indicadores. O indicador econômico que mensura se os custos despendidos são menores que os resultados da política pública e permite comparar diferentes projetos entre si e avaliar se um deles gerou um retorno suficiente que apoie sua execução é denominado

- a) Indicador de eficiência.
- b) Indicador de eficácia.
- c) Indicador de efetividade.
- d) Indicador custo de oportunidade.
- e) Indicador custo-benefício.

112. Os esforços de avaliação podem receber uma conotação jurídica-legal, técnica ou gerencial, ou conotação política. Uma avaliação que tenha uma conotação política deve prestar atenção em aspectos como:

- a) legalidade e eficiência administrativa.
- b) efetividade e eficácia.
- c) legitimidade e efetividade.
- d) economicidade e produtividade.
- e) equidade e eficiência.

CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO

Gilmar Possati

113. A Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP) passou por significativas transformações nas últimas décadas, impulsionadas pela busca por maior transparência, responsabilização e comparabilidade internacional. Essa evolução é refletida no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP). Considerando os aspectos introdutórios da Contabilidade Pública, assinale a opção que apresenta uma correta caracterização da evolução e do propósito atual da CASP no Brasil:

- a) A Lei nº 4.320/1964 introduziu um forte viés patrimonialista na contabilidade pública, focando na mensuração de ativos e passivos a valor justo desde sua promulgação.
- b) O processo de convergência às normas internacionais de contabilidade aplicada ao setor público (IPSAS) buscou, primordialmente, adaptar a contabilidade pública brasileira aos modelos de contabilidade financeira empresarial, visando à apuração do lucro para o governo.
- c) A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) de 2000, ao exigir a consolidação nacional das contas públicas, impulsionou a necessidade de um plano de contas

com abrangência nacional, mas manteve o enfoque exclusivo na execução orçamentária.

- d) O MCASP, editado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), com abrangência nacional, resgata o objeto da contabilidade – o patrimônio – e busca a convergência aos padrões internacionais, tendo sempre em vista a legislação nacional vigente e os princípios da ciência contábil.
- e) A principal diferença entre a contabilidade pública e a privada reside hoje apenas na nomenclatura das demonstrações, sendo que os princípios, conceitos e métodos de reconhecimento e mensuração se tornaram idênticos.

114. A NBC TSP Estrutura Conceitual estabelece os conceitos que fundamentam a elaboração e a divulgação de informação contábil de propósito geral pelas entidades do setor público. Entre esses conceitos, as **Características Qualitativas da Informação Contábil** são atributos que tornam a informação útil para os usuários e dão suporte ao cumprimento dos objetivos da informação contábil. Sobre a característica qualitativa da **Relevância**, é correto afirmar que a informação contábil:

- a) É relevante quando representa fielmente um fenômeno, de modo completo, neutro e livre de erro, ajudando a assegurar que a informação representa os fenômenos que se propõe a representar.
- b) É relevante quando está disponível para os usuários antes que ela perca sua capacidade de ser útil para fins de prestação de contas e responsabilização e tomada de decisão.
- c) É capaz de influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil, tendo valor confirmatório, preditivo ou ambos.
- d) É relevante quando possibilita aos usuários identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos, como as demonstrações contábeis de diferentes períodos da mesma entidade.
- e) É uma qualidade da informação que permite que os usuários compreendam o seu significado, sendo aprimorada quando a informação é classificada e apresentada de maneira clara e sucinta.

115. A mensuração é um processo crucial na contabilidade, que envolve determinar os valores pelos quais os elementos das demonstrações contábeis devem ser reconhecidos e apresentados. No contexto do setor público, a seleção da base de mensuração para ativos e passivos não se dá de forma única, mas busca satisfazer objetivos específicos que diferem daquele do setor privado.

De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), a seleção da base de mensuração para ativos e passivos contribui primariamente para fornecer informação que possibilite aos usuários avaliar, EXCETO:

- a) O custo dos serviços prestados no período, seja em termos históricos ou atuais.
- b) A capacidade operacional, que representa a habilidade da entidade em suportar a prestação de serviços futuros por meio de recursos físicos e outros.
- c) A capacidade financeira, que reflete a aptidão da entidade em financiar suas próprias atividades.
- d) O potencial de mercado para a alienação de ativos não operacionais em ambientes de alta volatilidade, visando a ganhos de capital para distribuição de dividendos.
- e) O grau de observância das características qualitativas, ao mesmo tempo em que considera as restrições sobre a informação nas demonstrações contábeis.

116. A NBC TSP Estrutura Conceitual define os elementos das demonstrações contábeis como as estruturas básicas a partir das quais essas demonstrações são elaboradas. Esses elementos são fundamentais para o reconhecimento, classificação e agregação de dados econômicos, visando fornecer informações úteis aos usuários.

Considerando as definições e critérios estabelecidos na NBC TSP Estrutura Conceitual e no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) sobre os elementos das demonstrações contábeis, analise as afirmativas a seguir:

- I. Ativo é um recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado, cuja forma física é uma condição necessária para sua caracterização.
- II. Passivo é uma obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade, e sua existência depende da possibilidade de ser exigível legalmente.
- III. As Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e Diminutivas (VPD) são transações que promovem alterações nos elementos patrimoniais da entidade e afetam o resultado, sendo que a VPA corresponde a aumentos na situação patrimonial líquida não oriundos de contribuições dos proprietários.
- IV. O Patrimônio Líquido é a diferença entre os ativos e os passivos da entidade, sendo que sua composição não é influenciada pelas variações patrimoniais.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e II, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) III, apenas.
- d) II e IV, apenas.
- e) I, II e IV, apenas.

117. A Lei nº 4.320/1964 estabelece as diretrizes e a estrutura das demonstrações contábeis a serem elaboradas pelas entidades do setor público. Embora o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) as atualize em consonância com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), as disposições originais da Lei ainda são a base para a compreensão de alguns demonstrativos.

Considerando as disposições da Lei nº 4.320/1964 sobre as demonstrações contábeis e a sua caracterização no MCASP, assinale a alternativa correta:

- a) O Balanço Orçamentário, conforme a Lei nº 4.320/1964, deve demonstrar as receitas e despesas realizadas em confronto com os recebimentos e pagamentos extraorçamentários.
- b) A Lei nº 4.320/1964 classifica o ativo em Ativo Circulante e Ativo Não Circulante, priorizando a liquidez e o ciclo operacional para a apresentação no Balanço Patrimonial.
- c) O Balanço Financeiro, pela Lei nº 4.320/1964, evidencia as receitas e despesas orçamentárias, os recebimentos e pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte.
- d) O Resultado Patrimonial do Período, conforme a Lei nº 4.320/1964, é apurado por meio do Balanço Patrimonial e reflete a diferença entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro para fins de superávit orçamentário.
- e) O Passivo Permanente, segundo a Lei nº 4.320/1964, compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária.

118. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), ao estabelecer normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, impactou profundamente a Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP) no Brasil. Entre suas diversas disposições, a LRF trouxe requisitos importantes para a escrituração e a consolidação das contas públicas.

Considerando os termos da Lei de Responsabilidade Fiscal e as orientações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), é correto afirmar que:

- a) A LRF delegou aos Tribunais de Contas a competência exclusiva para estabelecer o plano de contas e os procedimentos de escrituração contábil para todos os entes da Federação, visando à consolidação nacional das contas públicas.
- b) A exigência da LRF de consolidação nacional das contas públicas permitiu que cada ente da Federação mantivesse autonomia completa na definição de seus próprios sistemas e padrões contábeis, desde que os dados fossem anualmente convertidos para um formato único pela União.
- c) A LRF atribuiu ao Poder Executivo da União a responsabilidade de promover a consolidação nacional e por esfera de governo das contas dos entes da Federação, o que levou à necessidade de padronização de informações e sistemas contábeis sob a coordenação do órgão central de contabilidade da União (Secretaria do Tesouro Nacional - STN).
- d) Para fins de consolidação, a LRF focou exclusivamente nos aspectos orçamentários, dispensando a necessidade de padronização da escrituração patrimonial para os estados e municípios, visto que esses aspectos são irrelevantes para a gestão fiscal.
- e) A LRF estabeleceu que a responsabilidade pela escrituração e consolidação das contas públicas é apenas dos Poderes Executivos de cada ente federativo, excluindo do alcance dessa exigência os Poderes Legislativo e Judiciário, bem como o Ministério Público.

119. A gestão fiscal responsável, balizada pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), impõe aos entes da Federação o controle rigoroso de sua dívida e do endividamento. O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) detalha as definições básicas desses conceitos em conformidade com a LRF.

Considerando as definições de dívida e operações de crédito no âmbito da LRF, conforme apresentado no MCASP, assinale a afirmativa **correta**:

- a) A Dívida Pública Consolidada abrange o montante total das obrigações financeiras do ente, independentemente do prazo de amortização, desde que decorrentes de operações de crédito.
- b) Operação de crédito, segundo a LRF, refere-se exclusivamente aos empréstimos e financiamentos obtidos junto a instituições financeiras, com ingresso efetivo de recursos nos cofres públicos.
- c) A Dívida Consolidada Líquida é calculada a partir do montante da Dívida Pública Consolidada, acrescido das disponibilidades de caixa e das aplicações financeiras.
- d) O parcelamento de débitos preexistentes junto a instituições não-financeiras não se equipara a operação de crédito, desde que não implique elevação do montante da dívida consolidada líquida.
- e) O recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços não é considerado operação de crédito pela LRF, por se tratar de receita comercial.

120. O Relatório de Gestão Fiscal (RGF) é um instrumento essencial de transparência e controle na gestão pública brasileira, com sua estrutura e conteúdo definidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e detalhados em manuais complementares. Ele é central para evidenciar o aspecto fiscal da contabilidade aplicada ao setor público.

De acordo com as disposições da LRF e do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), é correto afirmar sobre o Relatório de Gestão Fiscal (RGF):

- a) O RGF tem como foco principal a comparação entre o orçamento aprovado e os valores realizados da receita e despesa orçamentária, independentemente dos limites e condições impostos pela LRF.
 - b) A principal função do RGF é apresentar a situação patrimonial detalhada da entidade, evidenciando seus ativos e passivos de longo prazo, com pouca ênfase nos indicadores de endividamento.
 - c) O RGF é um dos principais instrumentos para evidenciar o aspecto fiscal da contabilidade, destacando-se pela apuração e evidenciação dos indicadores estabelecidos pela LRF, como a despesa com pessoal, as operações de crédito e a dívida consolidada, visando verificar o equilíbrio das contas públicas.
 - d) Sua elaboração é restrita à União e aos Estados, sendo facultativa para os Municípios que apresentem receita corrente líquida inferior a um determinado patamar, devido à irrelevância de seu impacto fiscal.
 - e) O RGF é um relatório de periodicidade anual que consolida os resultados financeiros das operações de crédito, sem considerar os limites de despesa com pessoal, que são tratados em demonstrativos específicos e separados.
-

Discursiva 1

Redija uma questão dissertativa acerca da Lei 14.133/2021. No seu texto, explique os seguintes pontos:

- a) Âmbito de aplicação da nova Lei de Licitações.
- b) Os objetivos do processo licitatório previstos na nova Lei de Licitações.
- c) As modalidades de licitações apresentadas na referida lei.
- d) A modalidade inexistente na vigência da anterior. Apresente seu conceito, hipóteses em que é aplicável e as suas etapas.

Resposta em até 60 linhas

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Folha de Resposta

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

Discursiva 2

O Poder Executivo planeja editar um ato administrativo de caráter normativo com o objetivo de impor a obrigação de execução de obras voltadas à conservação do patrimônio público local, cuja realização deverá se estender por cerca de três anos. Para custear tais obras e compensar as despesas geradas, a administração prevê utilizar recursos provenientes do aumento de arrecadação decorrente de medidas de combate à sonegação fiscal. Diante disso, foi encaminhada consulta ao órgão de controle interno para avaliação da proposta.

Considerando o cenário apresentado, elabore uma questão discursiva que contemple, necessariamente, os seguintes pontos:

1. Apresente a classificação da despesa pretendida, quanto à categoria econômica;
2. Diferencie despesa adequada e despesa compatível, conforme previsto na LRF;
3. Evidencie as condições exigidas pela LRF para que se autorize a despesa mencionada;
4. Mostre a viabilidade de utilização da previsão de acréscimo de receita advinda do combate à sonegação fiscal como fonte de financiamento da despesa em questão.

Resposta em até 60 linhas

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Folha de Resposta

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
